

12/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UnB volta às aulas em meio a incertezas](#)

O GLOBO - RJ

[Diversidade cultural como estratégia de negócio e ensino](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Ex-alunos de direito da USP pagam reforma de salas e bolsas para estudantes carentes](#)

[Fundo garantidor para cobrir calotes do Fies tem R\\$ 11,6 bilhões parados](#)

[Organizadores veem crescimento de adesão a atos contra cortes na educação](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Políticos de costas para a sociedade](#)

[‘Por que o brasileiro tem de ir para os EUA aprender inglês?’](#)

O GLOBO - RJ

[Gastos e eficiência no ensino superior](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Universidade de Caxias do Sul cria Instituto de Pesquisas em Saúde](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Alunos de todo o mundo são atraídos pelas universidades neozelandesas](#)

CORREIO WEB

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade das plantas](#)

PORTAL ISTOÉ

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

G1

[Programa Inova Jovem de Campinas abre inscrições para curso gratuito de empreendedorismo à distância](#)

METRÓPOLES

[Com bloqueio de R\\$ 48 milhões, UnB volta às aulas nesta segunda](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[No primeiro semestre sob Bolsonaro, 44 indicadores pioram e 28 melhoram](#)

[Papel passado](#)

[Weintraub diz que notícia da Folha sobre vacância em diretoria que cuida do Enem induz terror](#)

[Penhora torna incerto futuro de sede do Colégio São Luís, em SP](#)

O GLOBO - RJ

[Cientistas mulheres devem ser modelo desde o ensino fundamental](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Desafio a Johnny Bravo](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP

[Editais asseguram R\\$ 400 mil para apoio a programas de pós-graduação no Amapá](#)

CLIPPING



ESTADO DE MINAS - MG

[UFVJM - novo reitor e polêmica](#)

O LIBERAL - PA

EDUCAÇÃO

Agências de notícias e sites

AQUI NOTÍCIAS

[Soraya Manato solicita ao Ministério da Educação curso superior para todos os professores de educação básica](#)

G1

[Abertos editais com R\\$ 400 mil em recursos para apoio a 14 pesquisas de mestrado e doutorado, no AP](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação diz que busca solução para Escola sem Partido ainda neste mês](#)

AGÊNCIA VALOR

[Diretoria que cuida do Enem fica quase cinco meses sem titular](#)

G1

[CNPq já usou 88% da verba para pagamento de bolsas de pesquisa em 2019](#)

[Universidades do RJ tiveram pelo menos R\\$ 218 milhões em verbas contingenciadas pela União em 2019](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Vestibular trans na Justiça](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Diretoria que cuida do Enem fica quase cinco meses sem titular sob Bolsonaro](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O irrealismo dos juízes](#)

[UFRJ rejeita projeto do MEC para captar verba privada](#)

[Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez](#)

O GLOBO - RJ

[Medicina sem hospitais](#)

[Ensino on-line e ajuda a refugiados](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Sem pessoal, FNDE não analisa ações relativas ao Fies](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Força Nacional está autorizada a intervir em protestos da Educação](#)

O LIBERAL - PA

[A educação resiste](#)

O POPULAR - GO

[Kajuru troca PSB pelo Patriota](#)

O TEMPO - MG

[Após demissões, ações do Fies ficam na gaveta](#)

Agências de notícias e sites

CAMPO GRANDE NEWS

[Mestrado em história da Uems abre inscrições na próxima semana](#)

TUDO RONDÔNIA

[Debates encerram as comemorações aos 36 anos da promulgação da primeira Constituição de Rondônia](#)

ANDIFES

[Univasf discute educação em saúde com estudantes do ensino médio](#)

G1

[No ritmo atual, Brasil só baterá a meta de matrículas de jovens na universidade em 2037](#)

REDE BRASIL ATUAL

[Morte do educador Anísio Teixeira não foi acidental, sustenta professor em livro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[MCTIC lança edital para escolha do diretor do INT](#)

TRIBUNA UNIÃO

[Pesquisador conquista edital e traz evento internacional para Alagoas](#)

CORREIO WEB

[Remanejamento de verbas entre ministérios prejudica universidades](#)

G1

[UFRJ recusa adesão ao programa Future-se, do MEC](#)

[No aniversário de 50 anos, UFPel indica que pode ficar sem verba e fechar as portas em setembro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação](#)

[Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro](#)

[Com déficit de funcionários, órgão diz não conseguir analisar ações do Fies](#)

Revistas

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP

[Chamadas Públicas](#)

ECOAMAZÔNIA

[Museu Goeldi inicia pós-graduação em questão chave: a diversidade sociocultural](#)

PORTAL STYLO

[UAB/IFTO lança editais para tutor presencial e professor formador](#)

Agências de notícias e sites

CATRACA LIVRE

[Embraer seleciona engenheiros recém-formados para especialização](#)

UFMG

[Capes PrInt UFMG abre quatro chamadas para mobilidade em 2020](#)

CORREIO WEB

[Entidades entram na Justiça devido a cancelamento de vestibular para trans](#)

PORTAL ÉPOCA

[WEINTRAUB NÃO SE COMPROMETEU COM NOSSAS PAUTAS, DIZ](#)

[PRESIDENTE DA UNE](#)

PORTAL ISTOÉ

[Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação](#)

[Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro](#)

TERRA

[Editoras Ática e Scipione apresentam os livros aprovados no PNLD 2020](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação](#)

[Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

UnB volta às aulas em meio a incertezas

Com início do semestre letivo hoje, estudantes precisam lidar com dificuldades geradas pelo contingenciamento orçamentário imposto à universidade **EDUCAÇÃO**

A incerteza com relação ao futuro marca a vida acadêmica dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que começam o curso ou retornam às aulas a partir de hoje. Desde que a instituição de ensino superior sofreu bloqueio de 30% na verba federal, projetos e contratos correm risco de rompimento nos próximos meses. São R\$ 48,5 milhões retidos desde abril. Para arcar com as despesas, a universidade depende da arrecadação própria, mas a quantia fica restrita a um teto orçamentário.

Com o esgotamento dos recursos, a administração da universidade busca sensibilizar o Ministério da Educação (MEC) o Congresso para que recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam liberados. “É de extrema importância para garantir o pleno funcionamento da UnB”, informou, por meio de nota oficial, a instituição. “Não há, entretanto, prejuízo ao calendário acadêmico, tampouco a áreas acadêmicas específicas”, afirma o texto.

Recém-aprovado no curso de línguas estrangeiras aplicadas, Ítalo Henrique Ivo, 18 anos, está apreensivo em relação ao destino da Universidade. Ele ingressou na UnB por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e acredita que cursos considerados “menos valorizados” serão os mais impactados. “É algo que nos deixa preocupados. Principalmente quem está entrando agora. Como nunca estudei lá, não sei quais diferenças serão mais marcantes, mas, com um corte de 30%, provavelmente o semestre será pior”, comenta.

O jovem avalia que os calouros não receberam informações da universidade sobre a situação financeira. Ítalo também revela que não via esse cenário como algo possível. “Sempre tive expectativas muito boas em relação à universidade pública. Entrar nela é o sonho de muita gente. Pode ser que, mais para frente, as coisas voltem ao normal. Só espero que não mudem muita coisa e que possamos ter uma educação de qualidade”, completa o estudante.

“Balbúrdia”

Assim como Ítalo, 4.339 calouros iniciam a trajetória na UnB em um dos 132 cursos de graduação oferecidos nos quatro campi da instituição — Darcy Ribeiro (Asa Norte), Ceilândia, Gama e Planaltina. Outros 39.610 graduandos retornam às aulas neste segunda-feira. Apesar de o cronograma semestral não ter sofrido alterações devido ao contingenciamento, os estudantes podem enfrentar efeitos dos cortes já em setembro.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, afirma que, sem a flexibilização do governo, não será possível renovar contratos, como o de limpeza e o de segurança, nem pagar contas de luz e água. “Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los”, alertou Márcia, em entrevista ao programa CB.Poder na última segunda-feira.

Em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a reitora apresentou dados com o objetivo de refutar a justificativa para os bloqueios orçamentários por

motivo de “balbúrdia”. “De acordo com o (ranking universitário internacional) Times Higher Education, somos a 15ª melhor universidade da América Latina. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos”, alegou. No entanto, não há sinalização de reversão do quadro.

Limitações

Termos específicos do contingenciamento de 30% interferiram diretamente sobre determinadas áreas da UnB, como nas de capacitação técnica e nos investimentos de recursos para o Hospital Veterinário (Hvet). Diretor da unidade de saúde, Jair Costa explica que o Hvet depende de verba repassada diretamente pelo MEC e que, por isso, também sofreu corte de 30%.

Segundo ele, apesar de o hospital contar com recursos provenientes de arrecadação própria, há um teto para os gastos desses valores. O restante é devolvido ao Governo Federal. “O contingenciamento está colocando em

xeque nosso planejamento para o ano e nos obriga a remanejar e a economizar muita coisa, para que não falte nada no hospital. Ele impacta no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ano que vem, temos uma preocupação muito grande de não só saber se o recurso vai vir contingenciado, como se ele virá”, pondera Jair.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Formatura

Perto de terminar o curso, a graduanda de odontologia Amanda Queiroz, 24, lida com as limitações financeiras até durante o planejamento da colação de grau. Integrante da comissão de formatura, ela e os colegas precisaram agendar e pagar alguns dos custos do evento, como cerimonial, equipe de limpeza e telão, uma vez que a organização foi descentralizada para cada faculdade, o que gerou dificuldades na marcação das datas e na solicitação de serviços.

No entanto, o que mais preocupa a futura odontóloga é a mensagem “deturpada” usada para justificar o contingenciamento. “É muito triste ver o governo cortando verba de um lugar que está educando pessoas para melhorar o Brasil. Essa ‘balbúrdia’ não existe. O que existe são pessoas defendendo ideologias, os estudos e lutando por um ambiente e por um futuro melhor. O que existe é uma instituição que está buscando educar pessoas para crescerem e serem profissionais capacitados”, argumenta Amanda.

A UnB informou, em nota, que o novo modelo de organização das colações de grau permite que as unidades acadêmicas tenham mais autonomia para escolha do formato das solenidades. Após determinação do Governo Federal para terceirização do cerimonial, a instituição de ensino abriu licitação para contratação de empresa que fique responsável pelo serviço. “A colação é um ato oficial, realizado em sessão solene e pública para a outorga de grau aos formados que concluíram um dos cursos superiores da Universidade de Brasília. É uma cerimônia tradicional e gratuita. Eventos

comemorativos associados à formatura (como bailes, viagens ou outros) não são de responsabilidade da universidade”, destaca o texto.

Calendário

12 de agosto

- Primeiro dia de aulas

14 e 15 de agosto

- #InspiraUnB (evento de recepção dos calouros, no Darcy Ribeiro)

10 de dezembro

- Último dia de aulas

14 de dezembro

- Divulgação de notas e percentuais de faltas

Campi em números

132

cursos

4.339

calouros ingressando na UnB

39.610

estudantes da graduação

2.836

docentes em exercício

3.171

técnicos administrativos

90

cursos de mestrado

4.950

alunos de mestrado

69

cursos de doutorado

4.033

estudantes de doutorado

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Diversidade cultural como estratégia de negócio e ensino

Nova Zelândia quer expandir a educação internacional e busca atrair mais alunos brasileiros para suas universidades

NOVA ZELÂNDIA- Do outro lado do globo e com 4,9 milhões de habitantes, a Nova Zelândia é um país insular que, por movimentos migratórios históricos e de incentivo do governo, tem a diversidade cultural em seu DNA. A característica é vista nas ruas e nas

salas de aula.

Manter isso, atraindo alunos de todo o mundo, especialmente para a pesquisa, é uma estratégia econômica e educacional do governo que dá certo: quase metade dos alunos de PhD do país é composta por estrangeiros. Em 2017, foram 125 mil estudantes de fora; 4.807 de PhD.

O cientista carioca Matheus Vargas, 34 anos, é um exemplo disso. Ele se mudou há cinco para a Nova Zelândia, onde terminou a graduação e acaba de concluir o doutorado. Com apoio da universidade e da iniciativa privada, criou uma ferramenta de diagnóstico que identifica, a partir de uma gota de leite, quais as propriedades dele e se a vaca está em seu período fértil — uma alternativa aos métodos tradicionais.

O "milk on a disk" (leite em um disco) está sendo finalizado para ser comercializado a menos de US\$ 500.

— Meu projeto automatizou o processo e diminuiu o custo — diz ele, que atua ainda em um projeto de bitcoin e um app de traduções.

Até o ano passado, 102 brasileiros buscaram a Nova Zelândia para o doutorado em uma das oito universidades no país, todas entre as melhores do mundo. Lá, 48% dos pesquisadores de doutorado são estrangeiros, terceiro maior índice entre as nações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O percentual tem uma explicação. Em 2005, o governo adotou uma política que permite aos doutorandos internacionais pagar os mesmos valores que os neozelandeses: uma média de 7 mil dólares neozelandeses por ano (cerca de R\$ 17,8 mil). O visto permite que o doutorando trabalhe em tempo integral, assim como seu cônjuge. E os filhos têm direito a escola pública. Ao fim, ele pode ficar mais três anos no país, trabalhando legalmente, podendo pedir residência permanente.

AUMENTO

Com as medidas, o número de doutorandos foi de 700 em 2005 para 4.500 em 2017. Agora, o governo busca atrair alunos de outros países, como o Brasil. Hoje, 50% dos estudantes internacionais são da Índia e da China.

— É importante não sermos dependentes desses dois mercados. Então, o Brasil nos dá diversidade — diz Lisa Futschek, diretora-geral da Education New Zealand, do Ministério da Educação.

A aproximação com o Brasil vem se dando de diversas formas, como parcerias com universidades como FGV, USP e Unicamp, para, por exemplo, facilitar a adesão ao Programa Institucional de Internacionalização da **Capes**.

A "educação internacional" é a quarta maior indústria de exportação e o segundo maior setor de exportação de serviços — o primeiro é o turismo. Além da economia, os programas de educação internacional têm o foco no "futuro".

— O cidadão do século XXI está confortável consigo mesmo e com esse tipo de

ambiente, multicultural e diverso — diz Caroline Daley, pró-reitora de pós-graduação da University of Auckland.

A repórter viajou a convite do Ministério da Educação da Nova Zelândia

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ex-alunos de direito da USP pagam reforma de salas e bolsas para estudantes carentes

As ações envolvem de recém-formados a octogenários, de advogados iniciantes ao presidente do STF

Em tempos de recursos escassos para universidades, é comum se ouvir que falta no Brasil cultura de colaboração dos ex-alunos. Na tradicional Faculdade de Direito da USP, isso começa a mudar.

Egressos da mais prestigiada instituição de ensino jurídico do país, no Largo São Francisco (centro de São Paulo), estão à frente de iniciativas que incluem a restauração da fachada, a reforma de salas de aula e o pagamento de bolsas para estudantes carentes.

As ações envolvem de recém-formados a octogenários, de advogados em início de carreira ao presidente do Supremo Tribunal Federal. A mobilização começou em 2018, quando o professor Floriano de Azevedo Marques Neto assumiu a direção. Uma de suas propostas era trazer para perto os antigos estudantes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/ex-alunos-de-direito-da-usp-pagam-reforma-de-salas-e-bolsas-para-estudantes-carentes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Fundo garantidor para cobrir calotes do Fies tem R\$ 11,6 bilhões parados Governo não tem sistema para operacionalizar os resgates, apesar de aumento da inadimplência

Apesar de a oferta de contratos de Fies (Financiamento Estudantil) passar por reduções e de a inadimplência no programa aumentar, o governo federal ainda não acionou os recursos de um fundo criado para cobrir calotes. O dinheiro poderia amenizar os desafios de sustentabilidade do programa e permitir expansão de oferta de vagas.

O Fundo Garantidor do Fies, cuja operação teve início em 2011, acumula um patrimônio líquido de R\$ 11,6 bilhões, segundo balancete mais recente, de junho. O governo federal não tem, até agora, um sistema para operacionalizar o resgate dos valores.

Entidades que representam as instituições particulares de ensino superior têm pressionado o governo para usar esses recursos. A área econômica sempre teve interesse em manter o dinheiro em caixa, segundo a Folha apurou com profissionais que integraram as gestões Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e a atual, de Jair Bolsonaro (PSL).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/fundo-garantidor-para-cobrir-calotes-do-fies-tem-r-116-bilhoes-parados.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Organizadores veem crescimento de adesão a atos contra cortes na educação

Bloco na rua O monitoramento das adesões aos novos protestos contra cortes na educação animou organizadores dos atos marcados para esta terça (13). Além de professores e alunos, que estão deliberando o assunto em assembleias nos diretórios acadêmicos, a mobilização foi reforçada por artistas. Frases polêmicas ditas pelo presidente, como a homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra, serão exploradas. No Rio, cartazes vão opor a imagem do torturador à de Marielle Franco.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/08/12/organizadores-veem-crescimento-de-adesao-a-atos-contr-a-cortes-na-educacao/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Políticos de costas para a sociedade

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

JORNALISTA. E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

As pautas não estão dentro das redações. Elas gritam em cada esquina. É só pôr o pé na rua e a reportagem salta na nossa frente. Essa percepção, infelizmente, é a que hoje mais falta aos jornais. Os diários perderam o cheiro do asfalto, o fascínio da vida, o drama do cotidiano. Têm o gosto insosso de hambúrguer em série.

O crescimento dos jornais depende de uma providência muito simples: sair às ruas, fazer reportagem. Só isso.

Você, amigo leitor, tem ido ao centro antigo de São Paulo? Faça o teste. É um convite à depressão. Não existe Prozac que resolva. É uma cidade assustadora: edifícios pichados, prédios invadidos, gente sofrida e abandonada, prostituição a céu aberto, zumbis afundados no crack, uma cidade sem alma e desfigurada pelas cicatrizes da ausência criminosa do poder público. A cidade de São Paulo foi demitida por seus governantes. E nós, jornalistas, precisamos mostrar a realidade. Não podemos ficar reféns das assessorias de comunicação e das maquiagens que falam de uma revitalização que só existe no papel. Temos o dever de pôr o dedo na chaga. Fazer reportagem. Escancarar as contradições entre o discurso empolado e a realidade cruel. Basta percorrer três quarteirões. As pautas estão quicando na nossa frente.

Jornalismo é isto: mostrar a vida, com suas luzes e suas sombras. São Paulo, a cidade mais rica do País e um dos maiores orçamentos públicos, é um retrato de corpo inteiro da falência do Estado. E o prefeito fala em reeleição. Numa boa. Como se tudo estivesse redondinho.

Também o Brasil, um país continental, sem conflitos externos, com um povo bom e trabalhador, está na banguela. Os serviços públicos estão à deriva. Basta pensar na educação.

A competitividade global reclama crescentemente gente bem formada. Quando comparamos a revolução educacional sul-coreana com a desqualificação da nossa educação, dá vontade de chorar. A assustadora falta de mão de obra com formação mínima é um gritante

atestado do descalabro da “Pátria Educadora” dos governos petistas.

Políticos sempre exibem números chamativos. E daí? Educação não é prédio. Muito menos galpão. É muito mais. É projeto pedagógico. É exigência. É liberdade. É humanismo. É aposta na formação do cidadão com sensibilidade e senso crítico.

O custo humano e social da incompetência e da corrupção brasileiras é assustador. O dinheiro que desaparece no ralo da delinquência é uma tremenda injustiça, uma bofetada na cidadania, um câncer que, aos poucos e insidiosamente, vai minando a República. As instituições perdem credibilidade numa velocidade assustadora.

Os protestos que tomaram conta das cidades precisam ser interpretados à luz da corrupção epidêmica, da impunidade cínica e da incompetência absoluta da gestão pública. Há uma clara percepção de que o Estado está na contramão da sociedade. O cidadão paga impostos extorsivos e o retorno dos governos é quase zero. Tudo o que depende do Estado funciona mal. Educação, saúde, segurança, transporte são incompatíveis com o tamanho e a importância do Brasil.

São padrões de política em que a corrupção rola solta. A percepção de impunidade é muito forte. A tentativa de desestabilização da Lava Jato, orquestrada pelos que estão atrás das grades, começa a ficar muito evidente. Os políticos precisam acordar. As vozes das ruas, nas suas manifestações legítimas, esperam uma resposta efetiva, e não um discurso marqueteiro. A crise que está aí é brava. A gordura dos anos de bonança acabou. A realidade está gritando no bolso e na frustração das pessoas. E não há marketing que supere a força inescapável dos fatos. Os políticos podem perder o controle da situação.

Campanhas milionárias, promessas surrealistas e imagens produzidas fazem parte da promoção de alguns políticos e governantes. Assiste-se, diariamente, a um show de efeitos especiais e factoides capazes de seduzir o grande público, mas, no fundo, vazio de conteúdo e carente de seriedade. O marketing, ferramenta importante para a transmissão da verdade, pode ser transformado em instrumento de mistificação.

Estamos assistindo à morte da política e ao advento da era da inconsistência. Os programas eleitorais vendem uma bela embalagem, mas, de fato, são paupérrimos na discussão das ideias.

Nós, jornalistas, temos um papel importante. Devemos dar a notícia com toda a clareza. Precisamos fugir do jornalismo declaratório. Nossa missão é confrontar a declaração do governante com a realidade dos fatos. Não se pode permitir que as assessorias de comunicação dos políticos definam o que deve ou não ser coberto. O jornalismo de registro, pobre e simplificador, repercute o Brasil oficial, mas oculta a verdadeira dimensão do País real. Precisamos fugir do espetáculo e fazer a opção pela informação. Só assim, com equilíbrio e didatismo, conseguiremos separar a notícia do lixo declaratório.

Transparência nos negócios públicos, ética, boa gestão e competência são as principais demandas da sociedade. Memória e voto consciente compõem a melhor receita para satisfazê-las. Devemos bater forte na pornopolítica. Ela está na raiz da espiral de

violência que sequestra a esperança dos jovens e ameaça a nossa democracia.

As cicatrizes que desfiguram o rosto de São Paulo e o do Brasil podem ser superadas. Dinheiro existe, e muito. Faltam vergonha na cara, competência e um mínimo de espírito público.

Jornalismo é a busca do essencial, sem adereços, qualificativos ou adornos. O jornalismo transformador é substantivo. Sua força não está na militância ideológica ou partidária, mas no vigor persuasivo da verdade factual e na integridade da sua opinião.

Façamos reportagem. Informação é arma da cidadania.

Faltam vergonha na cara, competência e um mínimo de espírito público

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

‘Por que o brasileiro tem de ir para os EUA aprender inglês?’

fundador da International School /

Por muito tempo, a escola foi a casa do empresário Ulisses Cardinot. E não é força de expressão. Ao fundar um colégio no interior do Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes, o pai do empresário construiu a casa da família no mesmo terreno. “Acordava e dormia pensando em educação. Seria impossível não trabalhar na área.”

Formado em pedagogia, com MBA em gestão empresarial e no programa para executivos em gestão e inovação pelo MIT, Cardinot é fundador da International School, o maior sistema de educação bilíngue do País. Em um formato de parceria com escolas particulares, a empresa, atende quase 90 mil alunos em 23 Estados. Há três anos, tem como sócio

a holding cearense Arco Educação, que, no ano passado, levantou R\$ 780 milhões em uma abertura de capital na bolsa americana Nasdaq.

Como funciona a International School?

Quando tinha 12 anos, fui morar em Michigan, nos EUA, na casa de uma família amiga, porque meu pai queria que eu aprendesse o inglês e música. De volta ao Brasil, aos 17 anos, me incomodou o fato de que os pais precisam investir em um curso de inglês, além do investimento destinado à escola tradicional, porque, em geral, ela só dá conta do inglês básico. O que criamos foi um sistema de ensino bilíngue conectado ao currículo do aluno. Em vez de duas aulas semanais da língua, por meio de nosso material oferecemos 5 horas semanais de inglês de forma interdisciplinar, integrado com conteúdos que vão de Matemática e Ciências, a programação robótica, games, artes e música. É um modelo de fato mais efetivo? Nossos alunos têm 95% de aprovação na certificação de Cambridge.

Qual é o papel da holding Arco?

A International School começou em 2009, na escola do meu pai, na tentativa de resolvermos internamente o ensino do inglês. Era frustrante ver o aluno não ficar na escola e ir para o cursinho do outro lado da rua. Preparamos professores, material

multidisciplinar, fechamos parceria com a Lego Education e outras escolas foram se interessando. Em 2016, sabia que precisava crescer. A Arco entrou na empresa para apoiar esse salto. Em quatro anos, passamos de 600 para quase 90 mil alunos e de 6 para 243 escolas.

Como as escolas se adaptam?

Algumas aumentam a carga horária, outras redistribuem o tempo das aulas. Temos muito a crescer: menos de 5% dos brasileiros falam inglês e só 1% têm fluência.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Gastos e eficiência no ensino superior

A UFRJ, maior universidade federal do país, iniciou a semana passada sem saber se teria condições de pagar até o fim do mês despesas básicas de serviços como luz, água, gás, limpeza e vigilância. A reitora, Denise Pires de Carvalho, alertou que, a continuar assim, não haveria como garantir o pleno funcionamento da instituição. Foi mais um capítulo na agonia que vivem instituições federais de ensino superior desde que o MEC começou a repassar menos verbas destinadas a manutenção.

Esse movimento começou em 2014 e chegou ao seu ponto mais crítico neste ano, quando o ministro Abraham Weintraub — de início justificando a medida como punição à "balbúrdia" e depois alegando razões técnicas — anunciou o contingenciamento dessas verbas. Paralelo a isso, o governo apresentou uma proposta para as universidades federais, o Future-se.

O programa sinaliza para a facilitação de captação de recursos no setor privado e fala em aumento da eficiência. O Conselho Universitário da UFRJ, porém, já rejeitou a proposta, alegando, entre outros pontos, que não "aborda os problemas centrais de financiamento do ensino superior em um contexto de profundo desgaste para as instituições federais submetidas a profunda instabilidade orçamentária"..

A disputa entre enfatizar mais a necessidade de aumentar os recursos ou a melhoria da eficiência do gasto público sempre esteve presente nos debates sobre o futuro das universidades federais. Em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o MEC tentou conciliar essas duas dimensões com o programa ReUni, que previa liberação de verbas para expansão de matrículas, com contrapartidas de aumento da eficiência. O programa surgiu num contexto bastante distinto do atual: estávamos num cenário econômico favorável, sob um governo disposto a aumentar o gasto público.

Olhando a expansão das matrículas, o ReUni foi um sucesso. A rede federal de ensino superior dobrou de 2007 para 2017, passando de 616 mil graduandos para 1,3 milhão. Junto de políticas específicas, como as cotas, esse movimento foi fundamental para aumentar o percentual de alunos de famílias de menor renda nas universidades públicas.

A parte que não funcionou a contento no ReUni foi a da eficiência. O programa previa a diminuição da evasão, a ampliação de cursos noturnos e o aumento na relação de alunos por professor. No caso dos cursos noturnos, houve aumento em números absolutos, mas a proporção das matrículas à noite no total das federais variou muito pouco, de 26% para 30%. Esse percentual é de 41% nas estaduais e de 69% nas particulares.

O número de alunos por professor ficou também praticamente inalterado, em parte por causa de uma mudança na forma de cálculo desse indicador, feita depois do anúncio da meta.

E a evasão, provavelmente o maior foco de ineficiência no gasto público universitário, segue alta. Nas federais, cinco anos depois do ingresso, 43% dos alunos abandonam o curso em que se matricularam. Cabe a ressalva de que esse é um problema grave também no ensino superior privado, com taxas de desistência em cinco anos que chegam a 53%.

O debate sobre como melhorar a eficiência do gasto público é sempre necessário. Mas não será asfixiando as universidades federais pelo contingenciamento de recursos para despesas básicas como luz, água e segurança que vamos atingir esse objetivo.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Universidade de Caxias do Sul cria Instituto de Pesquisas em Saúde

A Universidade de Caxias do Sul (UCS) cria o Instituto de Pesquisas em Saúde (IPS). A união de competências e otimização de recursos humanos, materiais e financeiros. Inovação e Excelência. Sustentabilidade baseada em ideias, estratégias e ações ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas. “Além de otimizar e potencializar espaços, recursos e competências, o novo instituto articulará ensino, pesquisa, inovação e extensão, em uma área de excelência da nossa universidade”, declarou o reitor Evaldo Kuiava, durante a cerimônia que reuniu estudantes, professores, pesquisadores e gestores.

A criação do instituto integra as atividades do Laboratório de Pesquisa em HIV/Aids (Lpha) e do Instituto de Pesquisa Clínica para Estudos Multicêntricos (Ipcem), transformando-os em um único órgão acadêmico, voltado para o desenvolvimento de estratégias e de ações nas áreas de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão (prestação de serviços) em saúde humana.

“O instituto congregará todas as especialidades médicas e oferecerá aos estudantes a possibilidade de atuar com pesquisa clínica, participando de projetos que são base e fonte de estudos clínicos internacionais”, destacou o professor Asdrubal Falavigna, diretor da Área do Conhecimento de Ciências da Vida e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

O IPS está vinculado à Área de Conhecimento das Ciências da Vida e abrange todas as especialidades médicas, em interação com diferentes áreas e setores da instituição, entre as quais o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, o Centro Clínico, o Centro de Monitoramento Digital, o Comitê de Ética, o Hospital Geral de Caxias do Sul, e a Diretoria de Relacionamento com o Mercado, entre outros.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

Substância enriquece alimentos e diminui necessidade de agrotóxicos

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos campesinos. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Alunos de todo o mundo são atraídos pelas universidades neozelandesas

A diversidade cultural é uma estratégia econômica e educacional do governo

AUCKLAND - Do outro lado do globo e com 4,9 milhões de habitantes, a Nova Zelândia é um país insular que, por movimentos migratórios históricos e de incentivo do governo, tem a diversidade cultural em seu DNA. A característica é vista nas ruas e nas salas de aula. Manter isso, atraindo alunos de todo o mundo, especialmente para a pesquisa, é uma estratégia econômica e educacional do governo que dá certo: quase metade dos alunos de PhD do país é composta por estrangeiros. Em 2017, foram 125 mil estudantes de fora; 4.807 de PhD.

O cientista carioca Matheus Vargas, 34 anos, é um exemplo disso. Ele se mudou há cinco para a Nova Zelândia, onde terminou a graduação e acaba de concluir o doutorado. Com apoio da universidade e da iniciativa privada, criou uma ferramenta de diagnóstico que identifica, a partir de uma gota de leite, quais as propriedades dele e se a vaca está em seu período fértil — uma alternativa aos métodos tradicionais. O “milk on a disk” (leite em um disco) está sendo finalizado para ser comercializado a menos de US\$ 500.

— Meu projeto automatizou o processo e diminuiu o custo — diz ele, que atua ainda em um projeto de bitcoin e um app de traduções.

Até o ano passado, 102 brasileiros buscaram a Nova Zelândia para o doutorado em uma das oito universidades no país, todas entre as melhores do mundo. No país, 48% dos pesquisadores de doutorado são estrangeiros, o terceiro maior índice entre as nações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O percentual tem uma explicação. Em 2005, o governo adotou uma política que permite aos doutorandos internacionais pagar os mesmos valores que os neozelandeses: uma média de 7 mil dólares neozelandeses por ano (cerca de R\$ 17.800). O visto permite que o doutorando trabalhe em tempo integral, assim como seu cônjuge. E os filhos têm direito a escola pública. Ao fim, ele pode ficar mais três anos no país, trabalhando legalmente, podendo pedir residência permanente.

Procura por diversidade de países

Com as medidas, o número de doutorandos foi de 700 em 2005 para 4.500 em 2017. Agora, o governo busca atrair alunos de outros países, como o Brasil. Hoje, 50% dos estudantes internacionais são da Índia e da China.

— É importante não sermos dependentes desses dois mercados. Então, o Brasil nos dá diversidade — diz Lisa Futschek, diretora-geral da Education New Zealand, do Ministério da Educação.

A aproximação com o Brasil vem se dando de diversas formas, como parcerias com universidades como FGV, USP e UNICAMP para, por exemplo, facilitar a adesão ao Programa Institucional de Internacionalização da **Capes**.

A “educação internacional” é a quarta maior indústria de exportação e o segundo maior setor de exportação de serviços – o primeiro é o turismo. Além da economia, os programas de educação internacional tem o foco no “futuro”.

— O cidadão do século XXI está confortável consigo mesmo e com esse tipo de ambiente, multicultural e diverso — diz Caroline Daley, pró-reitora de pós-graduação da University of Auckland.

Reforma educacional visa habilidades e construção do aprendizado

A Nova Zelândia passa por uma reforma educacional que também valoriza a diversidade. Em fevereiro de 2018, o governo anunciou a mudança, com um calendário para três anos, priorizando o desenvolvimento de habilidades para o futuro, como resiliência e trabalho em equipe, e não apenas no ensino dividido em disciplinas tradicionais.

O ministro da Educação, Chris Hipkins, quer eliminar as avaliações no ensino primário, por achar que as crianças são muito novas para passar por provas. E toda a Base Nacional Curricular Comum do país será revista. “Um enfoque na padronização e na avaliação nos últimos anos tem agido contra a capacidade de uma educação à prova de futuro”, acredita Hipkins.

Na escola pública Primária Amsburry, em Wellington, a capital, é possível ver os efeitos da reforma. As salas de aula não têm carteiras, tabladou ou provas. As crianças recebem, no início da semana, a agenda de seus professores e marcam com eles suas

atividades. Se não conseguirem realizá-las, aprendem também.

— Mesmo que eles pareçam livres, têm um cronograma a seguir — diz Ursula Cunningham, vice-diretora da escola. — O desenvolvimento dos alunos é acompanhado pelos tablets em que fazem as tarefas.

O ensino é flexível para garantir que o aprendizado seja “personalizado” e “empoderador”, defende a escola. E a família brasileira de Marina, 9, e Melina, 6, que estudam ali há sete meses, reconhece esse olhar. A mais velha teve dificuldades para se adaptar, tendo a língua como um desafio. Como estratégia, a escola estimulou seu lado criativo.

— A escola percebeu a dificuldade e o que ela gostava, como o desenho, e passou a trabalhar o aprendizado geral e do inglês — lembra a mãe, Maria Thereza Veludo. — Eles percebem as aptidões da criança e a direcionam.

Por outro lado, os pais temem alguns aspectos deste modelo, como a ausência de provas. Mas percebem como as crianças se desenvolveram rápido com essa metodologia.

— Estamos acostumados com aquele padrão de caderno e avaliações... Então, às vezes, dá a impressão de que não tem conteúdo. Mas é um aprendizado para os pais também — diz o pai, Mauro Veludo.

A repórter viajou a convite da Education New Zealand

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade das plantas

Substância enriquece alimentos e diminui necessidade de agrotóxicos

Agência Brasil

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

Continua depois da publicidade

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill

também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

Agência Brasil

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. "O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese", descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

"Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta", detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill "fica alojado na folha", onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza". De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. "É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos", assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao "estresse hídrico" causado pela estiagem das

chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

"Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias", comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. "A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas".

De acordo com ela, há "interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo". Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também "reduz o consumo de fertilizantes". Por causa da eficiência, é possível "aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade".

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. "Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo", aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa Inova Jovem de Campinas abre inscrições para curso gratuito de empreendedorismo à distância

Inscrições devem ser realizadas no site de segunda-feira (12) a sexta (16).

Interessados precisam ter entre 15 e 29 anos.

O programa "Inova Jovem" abre, nesta segunda-feira (12), as inscrições para um curso gratuito de empreendedorismo realizado como educação à distância (EAD), em Campinas (SP). As inscrições devem ser realizadas online até 16 de agosto. Os interessados devem ter entre 15 e 29 anos.

O formulário de inscrição também pode ser preenchido nos telecentros do Programa Juventude Conectada, caso o interessado não tenha acesso à internet. A lista completa de endereços disponíveis pode ser conferida no site da Prefeitura.

O curso é oferecido pela Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude da Prefeitura de Campinas e possui carga horária de 30 horas. Os tópicos que serão

abordados são:

Aprendendo a empreender

Criatividade e inovação

Planejamento e pesquisa

Comunicação: a alma do negócio, vendas, recursos humanos

Economias e finanças

Segundo a organização, os alunos devem concluir todos os tópicos do curso em até 90 dias.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Com bloqueio de R\$ 48 milhões, UnB volta às aulas nesta segunda

O montante equivale a 30% de todo o orçamento da instituição. Reitoria teme a interrupção de serviços básicos na instituição

A Universidade de Brasília inicia o segundo semestre letivo de 2019 nesta segunda-feira (12/08/2019). Para dar as boas-vindas aos calouros e também ao restante dos alunos e funcionários, a instituição preparou uma série de atividades a fim de acolher os mais de 5 mil novos alunos que ingressam nos diferentes campus da universidade.

Apesar do clima festivo, a comunidade acadêmica retoma os trabalhos em meio a incertezas. A UnB é uma das universidades afetadas com bloqueio de verbas feito pelo Ministério da Educação (MEC) neste ano. O contingenciamento é de R\$ 48,5 milhões. Desse total, R\$ 43,9 milhões são para manutenção.

O montante equivale a 30% de todo o orçamento da instituição. “Em termos de investimento, aproximadamente R\$ 4,6 milhões estão bloqueados, ou quase 56% do total previsto na Lei Orçamentária Anual 2019, aprovada pelo Congresso e integrando parte do planejamento da universidade para este ano”, destacou a UnB, em nota.

A instituição aponta as despesas mais impactadas pelo corte. São elas: pagamento de energia elétrica, de combustível para veículos, realização de transporte de estudantes entre os campi, serviços de limpeza e conservação, Restaurante Universitário, vigilância, coleta de entulho e de resíduos perigosos, tratamento de animais, entre outras.

A reitoria tenta, junto ao MEC, o desbloqueio das verbas contingenciadas para dar vazão aos projetos educacionais.

Atividades

Apesar dos graves problemas financeiros, a UnB espera receber os universitários com o projeto #InspiraUnB, que corresponde às aulas inaugurais da graduação. A iniciativa será realizada no campus Darcy Ribeiro, na Asa Norte, em duas edições, para os turnos diurno e noturno, na quarta (14/08/2018) e na quinta-feira (15/08/2019), respectivamente.

As palestrantes foram escolhidas para apresentar reflexões e motivar os novos universitários nesse momento tão importante da vida. Na quarta, às 9h30, os calouros serão recebidos, no Centro Comunitário Athos Bulcão, pela monja Coen, que falará sobre vivência universitária e saber transformador.

“O Céu não é o limite” é o tema da exposição de quinta-feira, que será abordado por Duília de Mello, pesquisadora da Nasa (Agência Aeroespacial Americana) e vice-reitora da Universidade Católica de Washington. A recepção, dessa vez, será no Centro Cultural da ADUnB, às 19h30.

Ocorrerá também a apresentação do grupo Rodas e Danças, na quinta, às 19h30 no Centro Cultural da ADUnB, campus Darcy Ribeiro. Esse projeto de extensão busca ampliar e difundir atividades de expressão corporal e dança para usuários de cadeira de rodas.

Serviços

O transporte intercampi será ofertado durante o #InspiraUnB. Também haverá outros ônibus para o campus Darcy Ribeiro. Os interessados devem procurar o Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) de seu campus para se inscrever.

O site boas-vindas aos calouros reúne informações sobre a graduação para esclarecer as principais dúvidas dos alunos que estão entrando na UnB, de modo a orientá-los sobre procedimentos e oportunidades da vida acadêmica.

Novidades do semestre

Mudança no atendimento dos postos da SAA

A partir desta segunda (12/08/2019), os postos da SAA não mais farão o atendimento por curso. Qualquer estudante, de qualquer graduação, pode buscar serviços em qualquer um dos postos. A mudança tem como base oferecer um atendimento mais humano direcionado as necessidades dos alunos. Assim, a ideia é facilitar a vida dos estudantes.

Peticionamento Eletrônico

É um recurso disponibilizado via SEI que permite ao aluno de graduação iniciar solicitação ao SAA eletronicamente, sem necessitar de deslocamento aos locais de atendimento. O intuito é facilitar a vida dos estudantes, oferecendo serviços de qualidade e que realmente atenda as suas necessidades. Com essa ferramenta os alunos podem solicitar o aproveitamento de estudo, para reconhecer os créditos de disciplinas cursadas anteriormente em outra Instituição de Ensino Superior (IES).

Corredores de segurança

São cinco trajetos que englobam as principais vias do campus e interligam os prédios administrativos e acadêmicos à Casa do Estudante e às L2 e L3 Norte. Os corredores foram limpos e receberam um reforço na iluminação. Em horários específicos, o efetivo de segurança é incrementado nesses caminhos, para que a comunidade se sinta mais segura. Para que os corredores sejam eficientes, é importante que qualquer pessoa que circule pelo campus opte sempre por andar nesses caminhos e evite usar atalhos.

Videomonitoramento

Desde 2018, toda a movimentação nos espaços da UnB, inclusive em locais ermos, é filmada por 350 câmeras de videomonitoramento. As imagens são acompanhadas pelo olhar cuidadoso da equipe de vigilância que trabalha na sala de controle e videomonitoramento da Universidade. Equipada com 12 monitores de 40 polegadas e servidores para armazenar as imagens recebidas, esta central funciona ininterruptamente: 24 horas por dia, sete dias por semana.

Dicas de Segurança

Além da implantação dos corredores e das câmeras, as árvores recebem poda constante e a iluminação dos campus tem sido continuamente revisada. A equipe de segurança também está preparada. Com sistema de radiocomunicação e capacitação contínua, os vigilantes atuam em duplas mistas, realizando rondas nos espaços da instituição e atuando como observadores nos estacionamentos dos prédios.

Com informações da Secretaria de Comunicação (Secom) da UnB

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Vestibular trans na Justiça

Uma ação civil pública foi protocolada, ontem, contra o cancelamento do primeiro vestibular específico para transgêneros e intersexuais promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A medida foi proposta pelo advogado Paulo Iotti, um dos autores da ação que criminalizou a homofobia no Brasil, na 8ª Vara da Justiça Federal do Ceará. Ele representa o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS); a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; e a Articulação Nacional das Transgêneros (Antra).

O vestibular para transgêneros foi cancelado após o presidente Jair Bolsonaro questionar a medida, adotada pela Unilab como forma de apoiar a população LGBT. Em 16 de julho, por meio das redes sociais, Bolsonaro anunciou que a universidade suspenderia o processo seletivo, lançado uma semana antes, com a oferta de 120 vagas em cursos de graduação presencial nos câmpus do Ceará e da Bahia.

“A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos transexuais, travestis, intersexuais e pessoas não binárias. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori”, tuitou o presidente, sem dar mais detalhes.

Dois dias após essa declaração, em cerimônia sobre os 200 dias de governo, Bolsonaro afirmou ainda: “Botamos um ponto final nessa questão, até porque o vestibular seria baseado em um decreto de 2012, o ministro, os senhores sabem quem era (em referência ao petista Fernando Haddad), naquela época. E esse trabalho que a gente faz buscando corrigir as coisas, dar um norte. Não posso ter um ministro falando favoravelmente ao desarmamento se a minha linha não é essa”.

Desde 17 de julho, o câmpus da Unilab vinha sendo ocupado por estudantes e pessoas contrárias ao cancelamento do vestibular. Segundo nota da Unilab, a ocupação foi suspensa ontem e as atividades devem ser retomadas na segunda-feira.

Além da ação protocolada ontem, a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou à Unilab que promova medidas para “restabelecer o edital do vestibular”. A DPU solicitou ainda que a instituição se abstenha de promover qualquer medida que vise punir os estudantes que participaram dos protestos.

Com informações da Agência Brasil

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Diretoria que cuida do Enem fica quase cinco meses sem titular sob Bolsonaro

De 1º de janeiro a 9 de agosto, cargo-chave no Inep teve 4 ocupantes e passou 140 de 221 dias vago

A diretoria responsável por avaliações da educação básica, como o Enem, está sem titular desde maio. O cargo, considerado um dos mais importantes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ficou mais tempo vago do que ocupado sob o governo Jair Bolsonaro (PSL).

Servidores relataram à Folha, sob condição de anonimato, que a vacância no comando da Daeb (Diretoria de Avaliação da Educação Básica) tem comprometido o andamento de ações e desestimulado a equipe.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/diretoria-que-cuida-do-enem-fica-quase-cinco-meses-sem-titular-sob-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O irrealismo dos juízes

Cumprindo seu papel fiscalizador, o corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto, determinou que 30 juízes fluminenses devolvam os valores gastos com dinheiro público para fazer cursos de pós-graduação no exterior. Como esses magistrados não apresentaram dissertação ou tese, condição obrigatória para a concessão do título de pós-graduado, o desembargador Garcez Neto exige que eles restitua o montante dos salários no período em que estiveram de licença remunerada para estudar. A Corregedoria estima que cada magistrado terá de devolver ao tribunal R\$ 1 milhão. Além do ressarcimento, o corregedor fixou o prazo de um mês para que os 30 magistrados comprovem que participaram efetivamente dos cursos em que se matricularam, no período em que estavam em licença remunerada.

Apesar de o Conselho Nacional de Justiça ter baixado há 11 anos a Resolução n.º 64, determinando que “o afastamento de juízes sem prejuízo de seus subsídios e vantagens para cursos de aperfeiçoamento não pode implicar prejuízo para o jurisdicionado, destinatário maior dos serviços judiciários”, a Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (Amaerj) tomou as dores dos magistrados que não apresentaram dissertação ou tese no final de seus cursos de pós-graduação. Em nota, ela anunciou que pedirá ao CNJ a instauração de um procedimento administrativo contra os atos de Garcez Neto.

A situação beira o absurdo. Isto porque, se o CNJ suspender o ressarcimento e a anulação dos atos correccionais baseados numa das resoluções moralizadoras que baixou, a Amaerj estará pleiteando a aplicação de sanção administrativa a um corregedor que descobriu irregularidades no âmbito da corporação que tem, por lei, a obrigação de fiscalizar. Essa inversão de valores e de desrespeito à hierarquia judicial é mais uma demonstração do grau de irrealismo que tomou conta da magistratura.

A entidade alega que, quando os atos correccionais foram tomados, ela enviou à Corregedoria do TJRJ um ofício no qual requeria um aumento do prazo para a apresentação dos documentos e “a reconsideração da forma de intimação”. Também afirma que, como o corregedor mandou arquivar o ofício e não adotar as providências pedidas, a Amaerj teve de “proteger seus associados contra a desnecessária e injustificada exposição gerada” pelas decisões do corregedor, que classificou como

“abusivas”.

Em outras palavras, é como se o corregedor-geral do TJRJ não tivesse a discricionariedade necessária para fazer o que acha justo e correto, de acordo com a lei. Mais grave ainda, ele é criticado pela Amaerj por constranger quem obteve licença remunerada para estudar, não completou o curso e sequer apresentou documentos comprovando que participou de atividades escolares ligadas ao seu aperfeiçoamento profissional.

Nesse sentido, a Resolução n.º 64 – cuja redação foi feita com base nas diretrizes da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e do Código de Ética da Magistratura – é taxativa. Segundo ela, ao pedir afastamento para estudar no Brasil ou no exterior o juiz deve prestar informações óbvias. Entre elas, nome e local da instituição de ensino, data de início e término do curso, sua pertinência e compatibilidade com as funções judiciais, calendário acadêmico, carga horária, prova de domínio da língua em que as aulas serão ministradas e apresentação de trabalho de conclusão do curso.

Se faltou sensatez à Amaerj, ela sobrou ao CNJ e ao TJRJ. O chefe da Corregedoria do CNJ, ministro Humberto Martins, disse que o caso é de competência do tribunal. Por seu lado, o desembargador Garcez Neto explicitou as regras com base nas quais decidiu e disse que tomará providências se suas determinações não forem cumpridas. Ambos estão certos.

Custa crer que membros de uma corporação cujo papel é aplicar as leis simplesmente as descumpram quando elas conflitam com seus interesses, e que protestem quando seus superiores tentam enquadrá-los.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE **UFRJ rejeita projeto do MEC para captar verba privada** **Instituição vê lacunas sobre como será fundo de patrimônio e uso de organizações sociais (OSs) previsto no projeto**

/ RIO /

A Universidade Federal do Rio (UFRJ) anunciou que não pretende aderir ao programa Future-se – projeto lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 17 de julho –, nos termos em que a proposta foi apresentada até agora. O Conselho Universitário, órgão máximo da UFRJ, tomou a decisão anteontem.

Sob a alegação de dar mais autonomia financeira às universidades e institutos federais, o programa prevê que organizações sociais (OSs) passem a participar do gerenciamento de recursos dessas unidades. Criadas em 1998, as OSs são entidades privadas sem fins lucrativos que podem atuar em áreas como educação, saúde e cultura. O Future-se também se propõe a estimular que as instituições capturem recursos próprios para auxiliar na manutenção.

Em texto crítico ao programa, a UFRJ afirma que a ingerência das OSs poderia reduzir a autonomia universitária. A instituição também criticou a forma de financiamento proposta, que prevê o chamado Fundo do Conhecimento, que terá capital privado. Além do investimento direto em cada instituição (o que hoje já ocorre), esse fundo teria recursos redistribuídos às universidades.

De acordo com a UFRJ, “não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial” e não se discutiu “o tempo de maturação de um fundo desse tipo”.

O projeto está em consulta pública de 17 de julho até 15 de agosto. Segundo o MEC, só após esse prazo, acrescido de eventuais sugestões e mudanças propostas pelo público, a proposição será formalizada e apresentada ao Congresso.

Governo. Procurado, o MEC afirmou que “está propondo a modernização das universidades e criando condições para que elas possam se concentrar em suas finalidades, ou seja, ensino, pesquisa e extensão”. Conforme o MEC, não se trata de privatizar o ensino público, mas de criar nova forma de financiá-lo. O governo descarta a cobrança de mensalidades.

Por enquanto, segundo a pasta, a UFRJ foi a única instituição federal a se manifestar sobre a iniciativa, em nota. Na apresentação do Future-se, o ministro Abraham Weintraub chegou a afirmar que o programa vai “permitir separar o joio do trigo”.

O Confies (conselho que reúne as fundações de apoio às universidades federais) apresentou ao MEC esta semana proposta alternativa ao projeto de lei do governo. Dentre as mudanças sugeridas está a garantia de concurso público para a seleção de pessoal – em entrevista, Weintraub disse que o Futurese permitiria contratar professores universitários via CLT por meio das OSs.

Outra alteração sugerida pelo grupo é excluir do projeto original a penalização de universidades que aderirem ao programa, mas não atenderem a todos os requisitos do governo, como adotar as diretrizes de governança indicadas pelo MEC. O Confies quer também que as instituições possam optar por continuar usando as próprias fundações de apoio, no lugar de contratar OSs.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez

De 8 nomeações possíveis, em 4 oportunidades presidente escolheu primeiro de lista tríplice, o que era uma tradição desde o governo Lula

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É a terceira nomeação de reitor feita pelo presidente que não acata a decisão da maioria da comunidade universitária.

Ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB). Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Procurado, o governo Bolsonaro não informou quais critérios foram adotados para a escolha desses três nomes.

A chapa de Soares recebeu apenas 5,2% dos votos válidos dos professores, funcionários e alunos da UFVJM. O atual reitor, Gilciano Nogueira, ficou em primeiro lugar e se disse surpreso com a escolha do governo federal. “Em todas as reuniões e exposições públicas, o ministro vem dizendo que vai escolher os reitores pela capacidade de gestão e ausência de atuação ou identificação partidária. Eu consegui zerar as dívidas da

universidade, equilibrei as contas, retomei obras paradas em meio à crise financeira que atinge todo o sistema federal. E isso foi reconhecido pela comunidade acadêmica”, ressaltou.

Ele acredita que a decisão tenha influência política, uma vez que, quando reitor, recebeu a caravana do ex-presidente Lula, que foi quem criou a instituição. “Respeito a decisão e confio na capacidade de gestão do professor que foi nomeado, mas lamento que a decisão e autonomia da universidade não estejam sendo respeitadas”, afirmou Nogueira. Soares é professor de Odontologia e já ocupou cargos de direção na UFVJM. O Estado tentou contato com Soares, mas não o localizou.

Essa foi a oitava nomeação de reitor feita por Bolsonaro. Além dos três casos em que o indicado não foi o mais votado, o governo federal questionou a eleição e não aceitou a lista tríplice da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). Uma reitora interina foi nomeada. Nos outros casos, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior do País, se indicou a mais votada.

Peso do voto. Os questionamentos feitos pelo governo Bolsonaro ao processo de eleição das universidades ocorre após a gestão Michel Temer ter editado um documento em que diz ser ilegais as consultas internas para escolha de reitor nas quais o peso do voto dos professores é menor do que 70%. A posição contraria a prática da maioria das universidades, que adotam processos de escolha nos quais o voto de cada categoria tem o mesmo peso, um terço do total.

Em nota, o MEC reiterou ontem que as nomeações são “atribuição discricionária do presidente”. Apenas neste ano, o governo Bolsonaro deverá escolher os reitores de outras três universidades federais – são 63, no total.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Medicina sem hospitais

Polêmicas sobre quantidade, localização e formação de médicos vieram para ficar. Abertura de faculdades, número de vagas, requerimentos mínimos para os cursos — assuntos antes restritos ao circuito Ministério da Educação e entidades médicas — se tornaram mais familiares. Seja por desconfiança ou aprimoramento democrático, interessa saber quem é o médico, onde foi formado, onde fez pós-graduação. A ideia de que todos os médicos são igualmente competentes tem sido interrogada pela própria categoria e pelos pacientes.

Testes apenas para médicos estrangeiros ou também para os brasileiros? Diplomas nas paredes dos consultórios particulares querem dizer alguma coisa? Insinuem diferenças. Os que se formaram em instituições públicas são superiores? Modelos públicos, privados e terapêuticos e a formação e inserção de médicos não são lineares.

Ao contrário da intuição prevalente, os “médicos de pés descalços” chineses não eram funcionários públicos. Foram financiados por cooperativas agrícolas. Durante a Revolução Cultural, nos anos 1960, e com as discordâncias com a então União Soviética sobre a hegemonia da medicina ocidental, houve valorização da formação simplificada para a prevenção e permissão do uso de ervas e técnicas tradicionais. A experiência durou pouco. Tornou-se exemplar, por evidenciar a associação positiva entre a qualificação, mesmo de curta duração, e a melhoria das condições de saúde, bem

como relevância do trabalho de médicos com formação completa. Atualmente, os currículos na China são similares aos do resto do mundo, mas incluem disciplinas de matrizes orientais do conhecimento médico, antes consideradas feudais e conservadoras.

Mais tempo e melhor formação do pessoal tornaram-se elementos-chave para a organização da atenção à saúde. Países europeus exigem que os médicos contratados para seus sistemas públicos sejam muito qualificados, aqueles que não tenham passado por cursos de residência médica tendem a assumir postos de trabalho marginais. Recentemente, o Brasil deixou de seguir essa orientação. A abertura de faculdades de medicina privadas, sem hospitais universitários ou centros complexos de assistência e pesquisa, empurra o sistema de saúde para o abismo da má qualidade assistencial. Seria demais pretender instituir aqui e agora a harmonia plena entre mercado de trabalho e direito à saúde. Mas, é pouco, é o de menos, formar um contingente de médicos que cursam faculdades por seis anos sem exposição às diversas práticas e especialidades da carreira e com poucas chances de admissão à residência.

Entre 2013 e 2019, o número de vagas para a graduação em Medicina dobrou, e as faculdades privadas passaram a concentrar 65% das matrículas. Para que esses profissionais tenham acesso à residência médica, seria necessário ampliar a capacidade instalada de hospitais universitários ou públicos de grande porte, aqueles nos quais ocorre o trabalho supervisionado de recém-formados. Do jeito que está, os médicos das faculdades públicas se tornarão mais especializados e inseridos em unidades assistenciais excelentes. Enquanto isso, a maioria, os que pagam pelo ensino — em faculdades que improvisam a obrigatoriedade do cumprimento da carga prática de seus alunos em hospitais não próprios — fica para trás.

Parece pouco provável que as nascentes faculdades privadas construam hospitais universitários e, pelo lado do setor público, as iniciativas de qualificação da formação médica são pouco promissoras. Cortes de recursos para as universidades e reedição da proposta de convênios privados (duplas portas) para os hospitais universitários públicos — inserida no projeto Future-se, do Ministério da Educação — impedem a expansão da residência médica, vinculada ao ensino e à produção científica. Conformou-se um estranho consenso em torno da privatização do ensino, descaso com a qualidade da formação de médicos, desprezo pelo sofrimento humano e ignorância sobre o custo elevado da incidência e disseminação de doenças. Espera-se que a indiferenciação entre papéis do público e do privado seja breve. A outorga de diplomas médicos e a qualidade e segurança dos atos médicos são responsabilidades inescapáveis, ainda que compartilhadas, de instituições governamentais.

topo ↕

O GLOBO - RJ - BARRA

Ensino on-line e ajuda a refugiados

Pérolas Negras têm renda de curso à distância

Os longos deslocamentos e o alto custo das mensalidades sempre foram empecilho para a formação escolar de boa parte da população brasileira. De olho na demanda, a ONG Viva Rio e a plataforma de educação à distância Descomplica criaram em julho o projeto Viva Educação. Além de oferecer descontos de até 40% na mensalidade nos diversos cursos oferecidos pelo Descomplica, a ação tem cunho social: para cada inscrição efetuada nos cursos do Viva Educação, serão destinados R\$ 50 para as atividades da Academia Pérolas Negras, um time de futebol profissional que disputa a Série B2 do Campeonato Carioca e que é formado por jovens atletas refugiados do

mundo inteiro e brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

Além do time profissional masculino, há equipes sub-20, sub-17 e feminina.

Entre os cursos oferecidos no Viva Educação estão os preparatórios para o Enem, incluindo a modalidade com foco no vestibular para Medicina; um preparatório para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja); reforço escolar para o ensino médio; preparatórios para concursos públicos de nível superior e médio; além de oportunidades em cursos de MBA e de pós-graduação EAD.

— Essa união das duas instituições visa a democratizar a educação para oferecer à população de baixa renda oportunidade de construir um futuro melhor — diz Miguel Azevedo, diretor do Viva Rio.

As inscrições podem ser feitas na página < descomplica.vivario.org.br > .

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Sem pessoal, FNDE não analisa ações relativas ao Fies

Um passivo de 20 mil processos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) está com análise atrasada por falta de funcionários na área jurídica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por responder às ações judiciais. O órgão, ligado ao Ministério da Educação (MEC), perdeu no início de julho cerca de 20 consultores que atuavam no setor. O déficit de funcionários resultou de uma decisão do MEC no início de julho de anular um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que estava em vigor desde 2008 – a suspensão ocorreu após suspeita de irregularidades na contratação que teria sido identificada durante análise da força-tarefa apelidada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores. Parte deles trabalhava justamente na área jurídica do FNDE. Entre as principais ações afetadas está a análise de ações do Fies, que em sua maioria são processos de alunos que não conseguiram o financiamento ou foram prejudicados por falha no sistema na hora de se inscrever.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É a terceira nomeação de reitor feita pelo presidente que não acata a decisão da maioria da comunidade universitária.

Ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB). Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Procurado, o governo Bolsonaro não informou quais critérios foram adotados para a escolha desses três nomes.

A chapa de Soares recebeu apenas 5,2% dos votos válidos dos professores, funcionários e alunos da UFVJM. O atual reitor, Gilciano Nogueira, ficou em primeiro lugar e se disse surpreso com a escolha do governo federal. "Em todas as reuniões e exposições públicas, o ministro vem dizendo que vai escolher os reitores pela capacidade de gestão

e ausência de atuação ou identificação partidária. Eu consegui zerar as dívidas da universidade, equilibrei as contas, retomei obras paradas em meio à crise financeira que atinge todo o sistema federal. E isso foi reconhecido pela comunidade acadêmica", ressaltou.

Ele acredita que a decisão tenha influência política, uma vez que, quando reitor, recebeu a caravana do ex-presidente Lula, que foi quem criou a instituição. "Respeito a decisão e confio na capacidade de gestão do professor que foi nomeado, mas lamento que a decisão e autonomia da universidade não estejam sendo respeitadas", afirmou Nogueira. Soares é professor de Odontologia e já ocupou cargos de direção na UFVJM. O Estado de S. Paulo tentou contato com Soares, mas não o localizou.

Essa foi a oitava nomeação de reitor feita por Bolsonaro. Além dos três casos em que o indicado não foi o mais votado, o governo federal questionou a eleição e não aceitou a lista tríplice da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). Uma reitora interina foi nomeada. Nos outros casos, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior do País, se indicou a mais votada.

Peso do voto

Os questionamentos feitos pelo governo Bolsonaro ao processo de eleição das universidades ocorre após a gestão Michel Temer ter editado um documento em que diz ser ilegais as consultas internas para escolha de reitor nas quais o peso do voto dos professores é menor do que 70%. A posição contraria a prática da maioria das universidades, que adotam processos de escolha nos quais o voto de cada categoria tem o mesmo peso, um terço do total.

Em nota, o MEC reiterou ontem que as nomeações são "atribuição discricionária do presidente". Apenas neste ano, o governo Bolsonaro deverá escolher os reitores de outras três universidades federais - são 63, no total.

topo 

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Força Nacional está autorizada a intervir em protestos da Educação

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública autorizou a intervenção da Força Nacional de Segurança no próximo dia 13, em apoio ao Ministério da Educação (MEC), durante os protestos estudantis que ocorrem em todo o país. O objetivo é manter a ordem pública e a defesa de patrimônio da União. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8. A portaria ainda diz que caso o MEC solicite, o período de uso da Força Nacional poderá ser prorrogado.

A ação, que na Portaria estava prevista apenas para Brasília, também poderá ser estendida para Roraima no dia 13 de agosto, data prevista para que ocorra a mobilização local para discutir os cortes para as universidades públicas federais, defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se. A informação foi repassada pelo Ministério da Defesa que, ao ser questionado se havia sido feita alguma notificação para os estados onde a Força Nacional estava atuando, como é o caso de Roraima, respondeu por meio de nota que "O emprego da Força Nacional está autorizado pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública".

Para o presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Roraima, Paulo Afonso, o uso da Força Nacional é uma atitude exagerada.

“Em um dos protestos respeitamos as decisões jurídicas que impediam o fechamento dos portões da Universidade e nos manifestamos de forma ordeira. Nossa arma são livros e o conhecimento, e não existe pretensão de uso de força. A proposta é lutarmos por direitos garantidos pela Constituição e em defesa pela democracia”.

Paulo ainda disse que usar violência em protestos, seja de qual lado for, é coisa de ditadura. “Estamos passando por um momento constrangedor na educação”, explicou.

O representante do movimento estudantil da Universidade Federal de Roraima e do Movimento por Uma Universidade Popular (Mup), Raphael Barros, avaliou a autorização do uso da Força Nacional em manifestações como desrespeitosa para o período que vive o país.

“Nós já sofremos contingenciamentos e não ter liberdade para contestar as ações do governo coloca em dúvida sobre a definição do que é democracia para o atual presidente. Não é o uso da Força que nos impedirá de irmos às ruas. Nossas universidades desenvolvem pesquisas e fazemos ciência provocando o ensino e reflexões, e isso é visto como ameaça. O uso da Força da Nacional é nada menos do que uma atitude para mostrar que a população deve obedecer a um regime e não repensar a realidade”.

topo ↕

O LIBERAL - PA - OPINIÃO

A educação resiste

O IBGE publicou em junho dados educacionais relativos ao segundo trimestre de 2018. Os resultados atestam: a educação resiste e, lentamente, avança. Em meio à crise que se aprofunda desde 2015, o setor educacional tem tido capacidade de enfrentar e crescer. Até quando? A crise impõe imensos prejuízos à sociedade brasileira e dolorosos impactos sociais. Em julho de 2019 o desemprego penalizava 13,2 milhões de pessoas, ressurgiu a fome e a miséria cresce. A retração econômica também impacta a educação. Estados e municípios atendem a 40 milhões de estudantes, da educação infantil ao ensino médio, e seu financiamento depende da arrecadação de impostos e da contribuição do Governo Federal.

A queda nas atividades econômicas implicou em redução de impostos e de transferências. De outro lado, programas federais, como Brasil Alfabetizado e o Mais Educação, foram paralisados neste primeiro semestre de 2019. Os dados publicados pelo IBGE, no entanto, demonstram que o setor educacional brasileiro atravessa a crise com dificuldade, mas não recua. Há progressos no atendimento e na aprendizagem. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais se reduziu no período recente, a proporção da população que concluiu a educação básica cresceu assim como a taxa de escolarização em toda as faixas etárias, de 0 a 17 anos. O IBGE informa ainda que a região Norte, em alguns indicadores, cresceu acima da média nacional, como a proporção dos jovens de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio. Embora ainda sejam pouco mais de 60%, a trajetória ascendente é promissora.

Em meio à crise, é uma vitória! A educação resistiu não apenas à crise financeira, mas também superou ameaças tão graves quanto: a crise da confiança. A relação educacional é uma passagem fundamental entre a vida privada e mundo público. A convivência nos ambientes escolares garante experiências fundamentais para a formação em nossas

sociedades democráticas, plurais, diversas. É preciso que pais e mães, profissionais, autoridades e os próprios jovens sustentem por meio do diálogo a relação de confiança que faz da escola um espaço de convivência e aprendizagens. São grandes as responsabilidades de gestores e profissionais da educação nas condições atuais. Dados de 2019 indicam que 22% dos domicílios brasileiros estão sem renda do trabalho.

As crianças dessas famílias necessitam que a escola seja capaz de acolher e criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização de 2016 já acenderam um alerta: mais da metade das crianças de 8 anos de idade (54,7%) não estão adequadamente alfabetizadas ao final do 3º ano. Há Estados em que 60% dos estudantes tiveram resultados satisfatórios enquanto em outros são menos de 20%.

O país tem desafios a superar e há caminhos a seguir, apesar dos cortes orçamentários e outras agressões. O Congresso debate o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), que pode garantir maior financiamento e melhor distribuição.

O Plano Nacional de Educação, apesar dos descasos, traz metas e estratégias que renovam a confiança na educação. Por fim, a proposta de criar o Sistema Nacional de Educação (SNE) pode nos ajudar a aprender com nossos erros e acertos. A educação resiste, mas até quando? É preciso garantir financiamento, apoio da sociedade e gestão compartilhada para avançar na velocidade e na direção necessárias.

André Lázaro é diretor da Fundação Santillana.

topo ↕

O POPULAR - GO - POLÍTICA

Kajuru troca PSB pelo Patriota

O senador Jorge Kajuru se filiou ontem ao Patriota, que se uniu ao PRP - sigla pela qual foi eleito - horas depois após deixar o PSB. Seu anúncio de saída do PSB foi feito via carta entregue ao presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, ontem mesmo pela manhã.

Ao POPULAR, Kajuru afirma que havia pressão interna para que ele seguisse o partido nas votações. A sigla faz oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Kajuru já havia tido divergências por esse motivo no fim do semestre passado, mas tinha decidido esperar até agosto para decidir se ficaria ou não. Segundo o senador, ele conversou na quinta-feira (8) à noite com o presidente do PSB em Goiás, o deputado federal Elias Vaz, para informá-lo de sua decisão. “Queriam exigir que eu votasse de acordo com o partido. Isso eu não aceito. Não foio partido que me elegeu. Fui eleito pelo meu trabalho”, disse.

A outra divergência diz respeito à posição em relação a Bolsonaro. “Não vou ser inimigo do presidente Bolsonaro. Serei crítico, mas inimigo não. O presidente me trata bem e aceita minhas críticas e, além disso, disse que irá sancionar projetos meus que beneficiam a população. Isso é mais importante.” Um dos projetos a que Kajuru se refere torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Após demissões, ações do Fies ficam na gaveta

BRASÍLIA. Um passivo de 20 mil processos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) está com análise atrasada por falta de funcionários na área jurídica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por responder às ações judiciais. O órgão, ligado ao Ministério da Educação (MEC), perdeu no início de julho cerca de 20 consultores que atuavam no setor. O déficit de funcionários resultou de uma decisão do MEC no início de julho de anular um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que estava em vigor desde 2008 – a suspensão ocorreu após suspeita de irregularidades na contratação que teria sido identificada durante análise da força-tarefa apelidada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que atuavam em várias áreas, parte deles trabalhava justamente na área jurídica do FNDE. A análise de ações do Fies foi afetada – são processos de alunos que não conseguiram o financiamento ou foram prejudicados por falha no sistema na hora de se inscrever. Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma “força-tarefa” em caráter excepcional. “Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo”, afirmou.

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Mestrado em história da Uems abre inscrições na próxima semana

Uems da Capital terá pela primeira vez uma turma especial do programa.

A Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) divulgou nesta sexta-feira (09) o prazo para inscrições para o mestrado em história. Os interessados poderão se inscrever entre os dias 15 de agosto e 29 de setembro.

O curso é ofertado em Amambai, e para 2020 terá pela primeira vez uma turma especial na unidade de Campo Grande. Serão ofertadas 26 vagas no geral, sendo 12 para UEMS/Amambai incluindo 4 destinadas para as cotas e 14 para UEMS/Campo Grande, sendo 5 para cotas.

“Nós vamos trabalhar com duas equipes de professores, uma em Amambai e outra em Campo Grande. Essa turma especial da UEMS/Campo Grande vem para preencher uma lacuna quanto a oferta de Mestrado Profissional para professores da Educação Básica. Uma vez por mês, alguns professores de Amambai irão se deslocar para dar aulas em Campo Grande”, explica a professora e coordenadora do programa, doutora Marinete Zacharias Rodrigues.

O ProfHistória (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História) é um curso presencial de pós-graduação stricto sensu, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** do Ministério da Educação, que conta com a participação de várias Instituições de Ensino Superior (IES), coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A UEMS participa do programa desde 2015, e a primeira turma começou os estudos em agosto de 2016. As Instituições de Ensino Superior que integram a Rede Nacional do ProfHistória são denominadas Instituições Associadas e são responsáveis pela execução do curso. O ProfHistória 2020 oferecerá 711 vagas distribuídas entre 25 Instituições de Ensino Superior.

Poderão participar do Exame Nacional de Acesso candidatos que tenham o diploma de curso superior de licenciatura, devidamente registrado no Ministério da Educação e

atuem como professor de História em qualquer ano da Educação Básica.

As inscrições devem ser feitas pela internet no endereço eletrônico www.profhistoria.uerj.br. A inscrição é paga, no valor de R\$ 120,00.

O Exame Nacional de Acesso ao ProfHistória é composto de Prova Objetiva, contendo 20 questões de múltipla escolha, e Prova Discursiva, contendo uma questão, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

O candidato deverá ser capaz de responder a problemas propostos, refletindo sobre os temas fundamentais da disciplina História e de seu ensino, conforme Programa em anexo. A prova terá duração de quatro horas. A Prova Objetiva e a Prova Discursiva valerão dez pontos.

topo ↕

TUDO RONDÔNIA - TEMPO REAL

Debates encerram as comemorações aos 36 anos da promulgação da primeira Constituição de Rondônia

Discussão das reformas tributária e política, e interferência entre os poderes, encerraram a semana de atividades na Casa de Leis

A semana especial em comemoração aos 36 anos da promulgação da primeira Constituição de Rondônia foi encerrada na tarde de ontem (9) com mais dois painéis do seminário “As mudanças, correções, imperfeições e aspectos hodiernos da Constituição Estadual”, realizado no auditório da Assembleia Legislativa.

Antes de iniciar sua palestra dentro do terceiro painel do dia, o conselheiro do Tribunal de Contas, Francisco Júnior Ferreira da Silva, agradeceu a presença do deputado constituinte, José Bianco e ressaltou a necessidade de proximidade entre o povo e o Parlamento. “A Assembleia está de parabéns pela realização do evento. Temos que estreitar a relação, uma vez que o Parlamento representa o povo”, ressaltou.

O conselheiro do Tribunal de Contas questionou a importância da Constituição para um Estado. “A Constituição tem um duplo aspecto, formal (escrita) e material (conteúdo pré-determinado). O conteúdo material está associado a separação dos governos, ao regime de governo entre outros”, explicou.

Francisco Júnior destacou também, que todas as Constituições pós-república optaram por um uma forma de Estado Republicana. “Essa forma de Estado nos impacta diretamente. A República é a organização que descentraliza o poder do político. Esse tipo de formatação estatal que permite que as regionalidades tenham autonomia, desta forma a autonomia que o Estado de Rondônia possui para elaborar sua constituição estadual só existe por conta da opção do legislador constituinte federal pela República”, esclareceu.

Ao final da sua palestra, o conselheiro apontou que a sociedade precisa estar presente nas audiências públicas realizadas pelo Legislativo. “Precisamos reacender a chama da cidadania para que o nosso Estado e também o nosso país, alcancem o potencial que eles possuem”, indagou.

Judicialização

Em seguida, o professor e coordenador do curso de Direito da Faculdade Católica,

Pedro Abib Hecktheuer, falou da preocupação do Estado com a judicialização da política de saúde. “Eu fiz uma pesquisa séria dos custos da judicialização da saúde em Rondônia de 2010 a 2015 para termos dados concretos e os dados mostraram que tivemos um decréscimo”, disse.

Hecktheuer destacou duas hipóteses na sua pesquisa. A primeira que de que a judicialização diminui, mas aumentou o gasto com saúde, e a mudança de postura dos magistrados quando das decisões referentes a esse tipo de pleito no Judiciário do Estado Rondônia.

O professor apontou ainda que também foram verificados sequestros do dinheiro público para o cumprimento de decisões judiciais. “Eles bloqueiam as contas diversas ao invés de bloquear uma única conta. Esse é o lado obscuro dos gastos com saúde em Rondônia. Até o ano de 2015 os valores retirados das contas estaduais não eram integrados ao orçamento da Secretaria de Saúde, de modo que até aquele ano não há registro desses valores na Secretaria”, pontuou.

Por fim, a pesquisa realizada com o apoio da Fapero, do **Capes** e da Faculdade Católica de Rondônia não conseguiu verificar quantas pessoas foram beneficiadas com a judicialização da saúde, no período analisado, de modo que se pudesse estabelecer uma estimativa de qual é o percentual da população que está tendo acesso a essa fatia do orçamento da saúde no Estado.

Painel final

O quarto e último painel tratou da Reforma Tributária, Reforma da Previdência, e a Reforma Política, tendo como palestrantes o professor da Faculdade Católica, Edson Antônio Pinto; o presidente da Comissão do Terceiro Setor da OAB/RO, Bruno Valverde; e a professora Maria do Socorro Pereira, mediado pelo também professor Marcelo Barrozo.

A professora Maria do Socorro abriu o debate, falando sobre a reforma tributária, mostrando os principais projetos em tramitação no Congresso Nacional. "Há um consenso de que precisa se fazer um novo sistema tributário nacional. Dos cinco em discussão, três se mostram mais viáveis", pontuou.

A palestrante informou que "no sistema atual, quem ganha menos, paga mais tributos. A proposta mais adiantada é do Centro de Cidadania Fiscal, já aprovada na CCJ da Câmara Federal. Mas, é o ICMS o imposto mais arrecadado no Brasil. A proposta prevê uma transição de dez anos".

Para ela, o Governo Federal acena com o envio da proposta da reforma tributária na próxima semana, inclusive com mudanças nas deduções do imposto de renda e a volta da CPMF. "Temos hoje 94 tributos no Brasil e o que se deseja, nos novos modelos em debate, é reduzir as desigualdades regionais da distribuição do FPE, por exemplo, além da unificação de tributos".

Socorro apresentou um balanço comparativo das três principais propostas. "O percentual seria de 25% de imposto, mas o Governo quer 15% para suas receitas, 9% para os Estados e 2% para os municípios. Os Estados querem a proposta inicial do Centro de Cidadania Fiscal, que prevê o contrário: Estados com 15% e a União com

9%", explicou.

Em seguida, a palestra de Edson Pinto falou também sobre questões tributárias. "A equipe do ministro Paulo Guedes deve estar ultimando os ajustes para apresentar a proposta governamental. O sistema tributário é muito complexo, o que torna a nossa economia mais ineficiente: gastamos recursos para poder nos adequar para pagar os tributos", alertou.

Para o professor, o sistema atual impacta sim sobre os mais pobres. "Temos desigualdade social por consumo. A tributação torna o acesso a determinado produto difícil. O tributo é sobre o consumo. Sobre uma caneta, temos a incidência de uma série de tributos. O desafio é unificar e diminuir a incidência sobre o consumo".

Segundo ele, "o principal jogador não entrou ainda em campo, que é o Governo Federal. Por outro lado, mexer nas receitas, mexe na Federação como um todo. Esse é um debate amplo e complexo. Reduzir receitas, tem um impacto político de peso, que pode inviabilizar a aprovação de mudanças".

Pinto observou que as propostas em discussão falam em criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o Governo acena com a volta da CPMF, chamado como Imposto sobre Pagamento. "Muda o nome, mas juridicamente é a mesma coisa. Eu acho um imposto bom e de baixo custo operacional. Mas, é sacanagem, desculpem o termo, ter uma CPMF de novo, com todos os demais tributos em vigor".

Edson Pinto declarou que, enquanto mudanças na Previdência têm efeito mais a longo prazo, já alterações tributárias, têm efeito imediato.

A seguir, Bruno Valverde falou sobre a reforma política, também em discussão no Congresso. "É preciso solidez. Vamos resolvendo os problemas, de acordo com as necessidades. É preciso uma base estabelecida. Nenhum sistema é perfeito", explicou.

Segundo Valverde, em 2017 houve uma minirreforma, com alguns pontos como a cláusula de barreiras, financiamento público de campanhas, fim das doações de empresas, entre outras. "Minha fala aqui é mais reflexiva: será que nós temos condição de sustentar o financiamento público de campanha? Ou é melhor manter o financiamento privado?", indagou.

Ele apontou ainda as mudanças constantes, em questões importantes, como emendas constitucionais, previdência, tributária, eleitoral e outros temas. "Isso gera insegurança jurídica: as coisas vão mudando sempre, de acordo com os interesses de cada momento".

Ao final, ele agradeceu pelo convite para participar de um evento importante, para comemorar os 36 anos da promulgação da primeira Constituição Estadual.

Em seguida, foram abertas as perguntas do auditório, com mais detalhamentos das reformas tributária e política, encerrando o dia de debates.

Encerramento

A semana de eventos, em comemoração aos 36 anos da promulgação da primeira

Constituição Estadual, promovida pela Assembleia Legislativa, foi então encerrada pelo deputado estadual Ismael Crispin (PSB), 1º secretário da Mesa Diretora, nomeado presidente da comissão especial da comemoração dos 36 anos da Primeira Constituição Estadual de Rondônia.

"Foram quatro dias de muitos debates, discussões e atividades, com resgate da nossa história e dessa forma estamos concluindo nosso evento. Agradeço ao presidente Laerte Gomes (PSD), aos servidores da Casa, ao ex-presidente José Bianco, presentes em todas as ações, e a todos que participaram. Muito obrigado a todos!", encerrou Crispin.

topo ↕

ANDIFES - TEMPO REAL

Univasf discute educação em saúde com estudantes do ensino médio

"Dá pra perceber que eles estão fazendo algo que gostam. Isso é bem legal, me faz querer entrar na universidade". É com esta frase que o estudante Jhonatan Barros, da Escola de Referência em Ensino Médio Otacílio Nunes de Sousa, de Petrolina (PE) define as apresentações realizadas na sexta edição do Festival Farmacodrama. O evento aconteceu na manhã de ontem (7), na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), no auditório da biblioteca, Campus Sede, em Petrolina. O festival é voltado para estudantes do ensino médio e tem o objetivo de discutir, de maneira lúdica, temáticas voltadas para a educação em saúde.

O evento foi promovido pelo projeto de extensão "Farmácia para a comunidade: Compartilhando o conhecimento através do Festival Farmacodrama e da Feira Expofarma" e contou com o apoio do Centro Acadêmico de Farmácia (CAF) e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Univasf. Os estudantes do 1ª e 2ª semestres de Farmácia realizaram uma série de apresentações para duas turmas de 1º ano do ensino médio da Escola Otacílio Nunes de Souza, abordando temas relacionados a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), uso de drogas, e gravidez na adolescência. Para tornar o momento mais descontraído, as temáticas foram apresentadas por meio de encenações, músicas e poesias.

Segundo o coordenador do projeto, professor Braz José do Nascimento Júnior, a proposta da iniciativa é abordar temas na área da saúde de maneira que cativem os estudantes. "O Farmacodrama tem uma proposta de aplicar o cordel, a música e o teatro, juntamente com o psicodrama pedagógico, através de temas da área da saúde e ciências biológicas", conta ele.

Nesta edição, os estudantes também levaram para o Festival um jogo de tabuleiro inclusivo, fazendo com que, por um momento, os participantes sentissem as dificuldades que as pessoas com deficiência têm ao praticar jogos de uma forma geral.

A professora do Colegiado de Farmácia Deuzilane Nunes explica que o jogo ainda está em fase de testes. "Os estudantes criaram jogos interativos e fizeram de forma mais adaptável. Estamos testando esses jogos com a população, com total inclusão, e vamos aperfeiçoar mais ainda", relata. O jogo de tabuleiro inclusivo contou com a participação do revisor de texto em Braille do NAI Milton Carvalho, que contribuiu para aprimorá-lo e acompanhou sua realização durante o evento.

Deuzilane diz que, com o festival, os graduandos conseguem compreender melhor os assuntos abordados em sala. "Dessa forma, a gente consegue potencializar o

aprendizado dos nossos estudantes, e não ficar decorando através das leituras, e sim inserindo isso numa história bem mais atrativa”, afirma.

O estudante do 2º período de Farmácia, Bruno Coelho, explica a importância da dinâmica ao abordar assuntos relevantes para a sociedade. “O mais importante é levar temas que a sociedade realmente precise saber, com uma linguagem mais simples e bem mais acessível, principalmente com o público juvenil, por estarmos tratando de temas pertinentes que são recorrentes na adolescência”, finaliza ele.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

No ritmo atual, Brasil só baterá a meta de matrículas de jovens na universidade em 2037

Plano Nacional de Educação determina que um terço dos jovens de 18 a 24 anos deveriam estar no ensino superior até 2024, mas ritmo de expansão caiu desde 2015, segundo projeção com dados do Inep e do IBGE.

O lento aumento de matrículas do ensino superior está deixando o Brasil mais longe de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Um dos compromissos assumidos em 2014 é expandir o ensino superior para que, até 2024, um terço dos jovens de 18 a 24 anos estivessem matriculados em algum curso de graduação. Mas um estudo que analisou a variação registrada entre 2015 e 2017 (ano dos dados mais recentes) projeta que, no ritmo atual, essa meta só será atingida em 2037.

A taxa média dos primeiros anos de vigência do PNE contrasta com a expansão registrada no início da década e, segundo especialistas, é um resultado direto da queda de repasses do governo federal tanto ao ensino superior público quanto ao setor privado.

A análise à qual o G1 teve acesso foi elaborada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), em parceria com a empresa Educa Insights.

Considerando os dados sobre as matrículas em graduação divulgadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ela projetou a expansão nos próximos anos caso o Brasil siga no mesmo ritmo dos três primeiros anos do PNE, e comparou essa trajetória com a estimativa populacional dessa faixa etária, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Nossa intenção era verificar onde estamos e aonde queremos chegar", explicou ao G1 Sólton Caldas, diretor-executivo da Abmes.

QUAL É A META? O IBGE estima que, em 2024 a população brasileira na faixa etária entre 18 a 24 anos será de 22,1 milhões. Atingir a meta do PNE significa ter 33% desses jovens (7,3 milhões de pessoas) matriculados em um curso no ensino superior.

COMO ESTAMOS HOJE? Em 2017, segundo o Censo da Educação Superior do Inep, 4,2 milhões de jovens entre 18 e 24 anos estavam na universidade (18% do total). A análise da Abmes calculou que, em 2015, 2016 e 2017, a taxa média anual de crescimento foi de 1%; nesse ritmo, o Brasil só conseguirá chegar aos 7,3 milhões em 2037.

Investimentos na direção contrária

Aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional, o PNE também prevê um aumento gradual de investimento brasileiro na educação – condição necessária para

financiar o atendimento das metas.

Porém, cortes orçamentários nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer já tiveram um impacto na desaceleração do ritmo de expansão. E a gestão de Jair Bolsonaro indicou, no primeiro semestre, que pretende reduzir o investimento federal no ensino superior e agora aponta para a obtenção de recursos de fontes extraorçamentárias, como a proposta do Future-se.

"De um lado existe uma lei, que é o PNE, que determina metas para serem alcançadas. Do outro lado, o incentivo do governo à política pública de financiamento estudantil, que está totalmente contra a meta." - Sólon Caldas, diretor-executivo da Abmes
Em julho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou uma lista de compromissos do MEC para a educação básica, e defendeu mudanças no PNE. "Ou a gente muda no PNE ou a gente aumenta imposto, o que eu sou contra", disse o ministro, ressaltando que o governo é favorável a ampliar os recursos para a educação, mas cobra "metas de desempenho" ainda não foram detalhadas como contrapartida.

O professor Nelson Cardoso Amaral, que já foi pró-reitor e vice-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), e se especializou em financiamento do ensino superior, explica que a estagnação das matrículas registrada entre 2015 e 2017 (os três primeiros anos do PNE) difere do que aconteceu na primeira metade da década, quando a política pública era de aumento dos investimentos.

Vagas nas universidades públicas

"De 2010 até 2013, 2014, na educação superior pública você ainda tinha efeitos do Reuni [programa de expansão das universidades federais, que aumentou o número de campi e de matrículas]. Foi muito forte 2010, 2011 e 2012. E no setor privado foi forte no financiamento estudantil, cresceu muito nesse período", explicou Amaral.

Por causa dos sucessivos cortes, a rede federal, que detém a maior parte das matrículas no setor público, precisou estancar sua expansão de vagas, depois que 90% das universidades federais registraram perda real no orçamento na comparação entre 2013 e 2017:

Amaral ainda ressalta que, no governo Temer, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que impôs um teto para os gastos em educação, limitou ainda mais o aumento da participação da educação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, uma das determinações do PNE.

"A morte do PNE foi decretada com Emenda Constitucional 95." - Nelson Cardoso Amaral, professor da UFG

Vagas nas universidades privadas

No setor privado, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do MEC foi um dos motivos que alavancaram o número de matrículas. Mas, desde 2015, o programa já passou por diversas alterações que restringiram a quantidade de contratos novos, e agora tenta aumentar sua receita devido à crescente inadimplência de quem já terminou a faculdade com as mensalidades financiadas pelo governo.

Neste ano, o MEC anunciou um programa de renegociação das dívidas dos cerca de

meio milhão de ex-alunos que estão com prestações atrasadas somando R\$ 11,2 bilhões – o prazo para a participação, que deveria ter terminado em julho, foi adiado.

De acordo com o diretor da Abmes, essa foi a principal causa da queda na quantidade de matrículas no ensino privado entre 2015 e 2016, e a estagnação teria sido pior se não fosse a expansão das matrículas na educação a distância (EAD), que são mais baratas e não usam recursos do Fies.

Outros cenários projetados

O estudo elaborado pela Abmes e pela Educa Insights também projetou outro cenário para os próximos anos para comparar a velocidade com que o Brasil chegaria até a meta caso a primeira metade da década também fosse considerada.

Considerando os anos de 2010 a 2017, o ritmo médio anual de crescimento da porcentagem de jovens nas universidades foi de 5%. Caso ele fosse mantido, a meta de ter um terço das pessoas de 18 a 24 anos matriculadas na graduação seria atingida em 2029. Isso representa cinco anos de atraso em relação ao que estipula o PNE, mas oito anos de antecipação quando a projeção considera apenas o crescimento observado entre 2015 e 2017, que foi de 1% ao ano, em média.

Por isso, a projeção de 2010 a 2017 evidencia o que o professor Nelson Cardoso, da UFG, classificou de "taxa de crescimento supervalorizada" das matrículas, de 3,8% ao ano, em média, que não se sustenta no cenário mais recente. Nos dois casos, porém, Cardoso ressalta que se tratam de estimativas que podem ou não se confirmarem nos próximos anos, de acordo com uma série de aspectos políticos, econômicos e sociais.

A meta 12 do PNE

Ter um terço da população jovem matriculada na graduação até 2024 é um dos três pontos estipulados na meta 12 do Plano Nacional de Educação. Os outros dois são:

Ter um número de matrículas na graduação, independentemente da idade, equivalente a 50% da população de 18 a 24 anos em 2024

Que, em 2024, 40% dos calouros da graduação estejam matriculados em uma universidade pública

O estudo ao qual o G1 teve acesso também projetou cenários para esses dois pontos. No primeiro deles, o Brasil teria chances de cumprir entre 2024 e 2025 considerando a taxa anual média de crescimento do período entre 2010 e 2017.

Mas, se o ritmo registrado nas três edições mais recentes do Censo da Educação Superior for mantido, os 50% só serão atingidos em 2030.

A meta 12 do PNE também determina que o número de matrículas na graduação de pessoas de todas as idades chegue, em 2024, a 50% da população jovem (de 18 a 24 anos) — Foto: Diana Yukari/G1 A meta 12 do PNE também determina que o número de matrículas na graduação de pessoas de todas as idades chegue, em 2024, a 50% da população jovem (de 18 a 24 anos) — Foto: Diana Yukari/G1

A meta 12 do PNE também determina que o número de matrículas na graduação de pessoas de todas as idades chegue, em 2024, a 50% da população jovem (de 18 a 24

anos) — Foto: Diana Yukari/G1

Em números absolutos, a estimativa é aumentar o número de graduandos em cerca de 2,7 milhões.

Matrículas dos jovens x matrículas totais

Segundo a Abmes, o ingresso da população jovem no ensino superior é um desafio maior do que simplesmente expandir o número de matrículas. Isso porque, todos os anos, o número de novos alunos de graduação tem crescido mais do que o número de alunos que se formam no ensino médio.

De 2010 a 2017, o número de ingressantes no ensino superior aumentou cerca de 31% e chegou a 3,2 milhões. Já o número de egressos do ensino médio se manteve em cerca de 1,7 milhão.

Além disso, só 1,8 milhão dos calouros de 2017 tinham até 24 anos, o que representa 55% do total de ingressantes, taxa que tem se mantido desde 2010. Segundo o estudo, isso demonstra que "o crescimento da educação superior é dependente do estoque de alunos formado nos anos anteriores", e não apenas dos adolescentes recém-saídos do ensino médio.

Expansão para a população mais pobre

Tanto Amaral, da UFG, quanto Caldas, da Abmes, afirmam que, além de depender de estudantes mais velhos, a expansão do ensino superior no Brasil também depende da inclusão da população mais pobre, pois as classes mais ricas já estão inseridas na universidade.

Caldas lembra que, no Brasil, existe uma "inversão": os estudantes que fizeram o ensino médio na rede privada estudam majoritariamente nas universidades públicas, e os demais, apesar de representarem 60% das matrículas na rede pública, são 71% dos estudantes da rede particular.

"E aí chegamos num patamar de matrículas em que quem pode pagar já está estudando, tanto a classe A e B, que já está estudando nas públicas em grande maioria. E nas particulares quem pode pagar já estuda", diz Caldas. "A gente chega à conclusão de que, se não houver política adequada de financiamento estudantil, que vai ao encontro da necessidade do aluno, esse número não será incrementado."

Caldas ressalta que as matrículas em questão não são apenas de cursos de bacharelado de uma ou outra área, mas englobam também as licenciaturas e os cursos de tecnólogo.

"Isso é muito preocupante para o país, porque nenhum país se desenvolve a não ser por meio da educação", diz ele. "Se as políticas do governo estão na contramão da expansão da educação superior, isso vai comprometer lá na frente o desenvolvimento econômico do país."

No caso da rede pública, a expansão das federais para o interior do Brasil possibilitou a criação de uma rede nacional de ensino, inclusive na pós-graduação. Isso fez com que a meta do PNE que exige um maior número de mestres e doutores é a única referente ao

ensino superior que já foi cumprida.

Por outro lado, Amaral explica que muitos estudantes tiveram que se mudar para as cidades onde ficam os novos campi para estudar, o que os torna mais dependentes de programas de assistência, como residências e restaurantes estudantis.

O perfil cada vez mais diverso dos universitários, incentivado pela Lei Federal de Cotas, também demanda uma expansão dos gastos com esse tipo de auxílio, mesmo que as matrículas parem de crescer.

Mas, nesse caso, isso significaria ignorar a íntegra da meta 12, que também prevê uma participação cada vez maior das universidades públicas no total das matrículas. Esse ponto, porém, não tem previsão de ser cumprido em nenhum dos cenários projetados no estudo (veja no gráfico abaixo).

Em maio, pouco depois de assumir o Ministério da Educação, Abraham Weintraub já havia defendido, em audiência com deputados na Câmara, que esse ponto da meta 12 seja revisto, além da estipulação de que o Brasil aumente seu investimento em educação até chegar a 10% do PIB.

topo ↕

REDE BRASIL ATUAL - TEMPO REAL

Morte do educador Anísio Teixeira não foi acidental, sustenta professor em livro Versão oficial aponta morte em decorrência de queda no fosso de um elevador, em 1971. Familiares e amigos nunca acreditaram e suspeitam de crime político

São Paulo – “Anísio Teixeira foi o campeão na luta contra a educação como privilégio”, disse o sociólogo Florestan Fernandes, em texto destacado na orelha do livro Breve história da vida e morte de Anísio Teixeira – Desmontada a farsa da queda no fosso do elevador, de João Augusto de Lima Rocha, recentemente lançado pela Edufba, a Editora da Universidade Federal da Bahia, onde o autor é professor titular da Escola Politécnica. Especialista no tema, 30 anos atrás ele esteve à frente do movimento pela fundação que leva o nome do educador, morto em 1971, aos 70 anos, oficialmente após cair em um elevador no prédio do professor e crítico Aurélio Buarque de Holanda, em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro.

Em campanha por uma vaga na Academia Brasileira de Letras, no dia 11 de março Anísio iria almoçar com Aurélio, que dá nome a um dicionário. Faria um trajeto de apenas 600 metros, a partir da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também na Praia de Botafogo. Saiu às 11h. Desapareceu e só foi encontrado dois dias depois.

No prefácio, o ex-deputado Haroldo Lima diz que alguns familiares e amigos nunca aceitaram a versão. Ele conta que, ao sair da sala de autópsia, o médico e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Francisco Duarte Guimarães disse a Mario Celso, genro do educador: Mario, tio Anísio foi assassinado.

Segundo Lima Rocha, ao promover uma investigação por conta própria, a família descobriu “várias inconsistências” na versão oficial. O próprio autor descobriu que o laudo policial havia desaparecido. Em 2012, a Comissão Nacional da Verdade se encontrou com amigos e familiares do educador, e os questionamentos sobre as circunstâncias da morte de Anísio Teixeira aumentaram.

Em 6 de setembro daquele ano, Carlos Teixeira, filho de Anísio, entregou documentos à CNV. A investigação avançou, mas não foi concluída até o fim das atividades da Comissão, que entregou o seu relatório em 10 de dezembro de 2014. No Auto de Exame Cadavérico, recuperado, os dois médicos legistas que o assinaram estabelecem que a morte se deu em 12 de março, mas não são conclusivos sobre a causa ter sido acidental.

Anísio Teixeira, que ocupou vários cargos na área da educação, foi reitor da Universidade de Brasília (UnB) de 19 de junho de 1963 a 13 de abril de 1964, 12 dias após o golpe e quatro dias depois que a UnB foi cercada e invadida pela repressão. Entrou no lugar do antropólogo Darcy Ribeiro.

Nos anos 1950, ele havia assumido a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), criando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Ainda antes, em 1946, foi conselheiro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Sempre foi ferrenho defensor do ensino público. No livro, o professor Lima Rocha destaca que Anísio consolidou “a conexão entre educação pública e democracia, de maneira apropriada à evolução política e social do Brasil, em duas de suas mais importantes, obras, a saber, Educação não é privilégio (1957) e Educação é um direito (1968)”.

O autor define Anísio como “um liberal avançado que se dedicou, durante toda a vida, à luta pela escola pública, universal e gratuita, na esperança de que isso servisse à construção e consolidação de um Brasil democrático”. Mas não escapou da pecha de comunista, “por conta de sua dedicação à luta pela extensão de um direito elementar a todos os cidadãos, embora nunca tivesse, por opção de vida, qualquer participação na política partidária”.

Por que desde o começo a informação sobre o acidente, como causa da morte, não foi aceita por alguns familiares e amigos?

Porque a família promoveu uma investigação por conta própria, com a ajuda de policial amigo, e descobriu várias inconsistências na versão que dava a queda como causadora da morte.

No livro, o sr. o define como “liberal convicto”, sem participação em política partidária. Mesmo assim, ele não escapou da pecha de comunista. Por quê?

Liberal, no sentido político, não econômico. O oposto a liberal, naquele tempo, era conservador, e Anísio era um pensador avançado, que colocava em prática suas ideias a favor da responsabilização do Estado pelo direito universal à educação. A Igreja, que detinha a maior parte das escolas privadas, cerrou fileiras contra o educador, em pleno período da Guerra Fria. Daí o epíteto de comunista foi logo colado nele.

Qual poderia ser a razão de assassinar uma pessoa como Anísio Teixeira, que não poderia ser considerado um militante político?

A capacidade de Anísio de colocar em prática suas ideias democráticas no campo da educação fez com que fosse perseguido durante toda a vida pelos conservadores, desde

1928. Mas uma coisa pode ter agravado tudo: a decisão dele de concorrer à Academia Brasileira de Letras, em 1971, com a perspectiva de se colocar à disposição do movimento pela redemocratização do país, dada sua grande capacidade intelectual, a ser salvaguardado pela condição de Imortal da Academia.

Na sua opinião, qual a hipótese mais provável para o que aconteceu naquele trajeto de 600 metros entre a FGV e a casa de Aurélio Buarque?

Paulo Freire é cria de Anísio Teixeira. Anísio foi quem concebeu, e também foi encarregado de colocar em execução o 1º Plano Nacional de Educação, que começou a ser posto em prática em 1963, tendo tudo se interrompido em 1º de abril de 1964

Segundo me revelou Afrânio Coutinho, seu amigo e um dos responsáveis por convencê-lo a concorrer à Academia Brasileira de Letras, Anísio deve ter sido sequestrado no trajeto que tentou fazer a pé, no final da manhã de 11 de março de 1971. Teria sido levado para uma instalação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, onde teria sido interrogado, entre 11 e 12 de março de 1971. Meu livro só prova, sem deixar qualquer dúvida, que ele não morreu na queda no fosso do elevador. A continuidade da investigação foi aceita, e estava em curso, a cargo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Presidência da República, que acaba de sofrer a intervenção do presidente Bolsonaro.

As autoridades se empenharam para investigar o caso?

Não. Nenhuma iniciativa nesse sentido foi divulgada, segundo meu conhecimento.

Como definir a obra de Anísio Teixeira e sua importância para a educação brasileira?

Trata-se de uma obra inovadora, em todos os campos da educação brasileira e da cultura internacional (ele participou da comissão que concebeu e instalou a Unesco), desde 1924 até 1971. Foi o criador da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, dinamizador do Inep e o construtor das inovadoras universidades do Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1935) e de Brasília (1962). Para Florestan Fernandes, em depoimento que me deu em 1991, Anísio foi o “primeiro e único filósofo da educação no Brasil”.

Qual paralelo pode ser feito entre ele e o também educador Paulo Freire?

Paulo Freire é cria de Anísio Teixeira. Anísio foi quem concebeu, e também foi encarregado de colocar em execução o 1º Plano Nacional de Educação, que começou a ser posto em prática em 1963, tendo tudo se interrompido em 1º de abril de 1964. As duas prioridades do Plano eram: 1. Generalizar a escola de dois turnos para todo o Brasil, tendo o Plano Escolar de Brasília como piloto; e 2. Campanha intensiva de alfabetização de jovens e adultos. Os recursos para o trabalho de Paulo Freire nasceram dessa decisão. Os dois educadores eram muito ligados. Paulo Freire fez uma brilhante carreira internacional, e Anísio foi aposentado compulsoriamente do serviço público, em 1964. Submetido a vários IPMs (Inquéritos Policiais Militares), nos quais nada se comprovou contra ele, Anísio desapareceu em 1971, no auge da capacidade criativa.

O que o sr. pensa do momento atual, de contínuos ataques à educação pública e

estímulos a que professores sejam filmados em sala de aula?

Estamos vivendo uma fase deprimente, em que os dirigentes da República, em todas as esferas, pregam abertamente a submissão pura e simples a um mentecapto presidente dos Estados Unidos. Estão ligados ao que há de mais atrasado e violento na nação. Vai passar!

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) terá novo presidente, o advogado Rodrigo Sergio Dias, que fez parte do governo Michel Temer. Ele passou a ser parte de investigação pelo TCU (Tribunal de Contas da União) por suspeita de superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em 2018.

A mudança ocorre no momento em que o FNDE enfrenta crise administrativa, com déficit de funcionários e paralisação de processos.

O órgão, com orçamento de R\$ 58 bilhões, é um dos principais braços do Ministério da Educação. É responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). O fundo era presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

A troca ocorre em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Diferentemente de outros cargos-chave do MEC na gestão Bolsonaro, Dias tem ligação com políticos. É primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP). Procurados, MEC e FNDE não comentaram a apuração do TCU.

Análise

Dias assume o órgão em um momento em que um passivo de cerca de 20 mil processos relativos ao Fies está paralisado por falta de funcionários na área jurídica para analisá-los.

No início de junho, o MEC anulou um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) - após análise da força-tarefa chamada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que trabalhavam principalmente na área jurídica do FNDE, ou seja, em contato com ações judiciais relacionadas ao Fies.

Com a demissão, as ações do Fies estão paradas. A área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício em que alerta que o órgão tem priorizado casos de maior valor.

Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma "força-tarefa" em caráter excepcional. "Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo."

A reportagem não conseguiu contato com Rodrigo Sergio Dias

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

MCTIC lança edital para escolha do diretor do INT

A escolha do comitê de especialistas dará origem a uma lista tríplice a ser encaminhada ao ministro, que será responsável pela indicação final

O Diário Oficial da União desta sexta-feira (7/08) publicou o edital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que comunica a abertura de processo de escolha do novo diretor do Instituto Nacional de Tecnologia (INT). O processo será conduzido por um Comitê de Busca, composto por Alvaro Toubes Prata (UFSC) – que o presidirá –, Edson Hirokazu Watanabe (UFRJ), Jorge Almeida Guimarães (EMBRAPII), Jorge Luis Nicolas Audy (PUC-RS) e Luiz Eugênio Araújo de Moraes Mello (USP).

A escolha do comitê de especialistas dará origem a uma lista tríplice a ser encaminhada ao ministro, que será responsável pela indicação final.

Podem se inscrever para o cargo quaisquer cidadãos com notório conhecimento e experiência profissional nas áreas de atuação do INT, portadores de diploma de doutorado emitido por instituição de ensino superior credenciada pela **CAPES**, ou reavaliado no Brasil, e que atendam aos requisitos básicos explicitados no processo de seleção.

Acesse aqui o edital completo.

Divulgação

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Pesquisador conquista edital e traz evento internacional para Alagoas

Os pesquisadores de Alagoas têm conquistado com frequência reconhecimento internacional pelo seu trabalho. O nome da vez é o professor da Ufal Ig Ibert Bittencourt, que galgou espaço cativo no cenário de tecnologias ligadas à educação. O estudioso é reconhecido por seus trabalhos inovadores como a plataforma de estudos Meu Tutor e pelos eventos científicos internacionais de que participa.

Todas estas iniciativas foram apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), que pleiteou o edital Tecnova AL a fim de fortalecer a atividade inovadora local. Mas também, por meio da chamada de Auxílio à Organização de Eventos Científicos (AORC), que cria uma programação de reuniões acadêmicas em Alagoas.

Agora, o docente da Ufal foi aprovado num edital da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com instituições alemãs, para realizar o Bragfost. O evento é um simpósio binacional, que executa suas edições um ano no Brasil e outro na Alemanha. Este programa reúne 60 jovens pesquisadores de ambos os países para discutir os desafios do conhecimento.

“O intuito é selecionar pesquisadores no desenvolvimento de suas carreiras, que tenham o potencial de liderar a pesquisa no país nas próximas décadas e, conseqüentemente, fortalecer a cooperação Brasil-Alemanha entre estes pesquisadores”, explica Ig Ibert. O

papel do professor será o de coordenar todo este processo.

Ig alega que, dado o evento, pode-se esperar uma colaboração mais assertiva entre os países, contribuindo para a visibilidade científica de Alagoas. Mais uma vez, o cenário internacional de pesquisa se voltará à região, enxergando sua produção tecnológica em educação.

Um dos itens considerados para a seleção do professor no edital federal foi a força da Universidade, ou seja, os estudos produzidos na Ufal têm repercutido seus resultados no contexto da pesquisa global. Isto demonstra o potencial apresentado por Alagoas em competir com outras universidades brasileiras conquistando espaço na liderança de trabalhos.

“A minha expectativa é que Alagoas se torne um grande centro de tecnologia educacional no país, então, da mesma forma que Pernambuco se tornou. Há a possibilidade que ao longo dos anos Alagoas se torne um centro robusto de tecnologias educacionais para o país, sendo reconhecido por todo ecossistema”, pontua o pesquisador.

O acadêmico complementou citando que algumas ações já são reconhecidas, pois o Ministério da Educação (MEC) já compreende o Estado como um eixo estratégico, além de diversas universidades e sociedades científicas e entidades do terceiro setor, que têm a mesma visão. “Alagoas possui habilidades de, futuramente, concretizar um amplo planejamento da sua produção tecnológica nos métodos de aprendizagem”, pontua Ibert. Este pode ser um caminho a ser focado para dar mais visibilidade e perspectiva para as universidades e trabalhos locais.

A11

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Remanejamento de verbas entre ministérios prejudica universidades

Pasta perderá R\$ 926 milhões do dinheiro bloqueado

Na última terça-feira (6), o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei para garantir o remanejamento de R\$ 3 bilhões bloqueados dos ministérios. A ideia é tirar verbas contingenciadas de uma pasta para cobrir despesas de outra. Com o PL, que ainda precisa ser aprovado, a pasta mais afetada será o Ministério da Educação (MEC), que perderá R\$ 926 milhões do dinheiro bloqueado, prejudicando as universidades e os institutos federais. Em seguida, está o Ministério da Infraestrutura, com uma perda de R\$ 756,9 milhões.

De acordo com o detalhamento do projeto, o Ministério da Defesa receberá 763,5 milhões para aquisição de helicópteros, combustíveis e aeronaves; o da Saúde, R\$ 732 milhões; o do Desenvolvimento Regional, R\$ 214 milhões; e o da Agricultura, R\$ 197,1 milhões.

Desde abril, as universidades têm sofrido para sobreviver em meio ao congelamento de R\$ 1,7 bilhão dos gastos das instituições de ensino superior. É o caso da Universidade de Brasília (UnB), que corre o risco de não conseguir renovar contratos, como o de vigilância e de limpeza. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por sua vez, suspendeu o uso de ar-condicionado nas dependências da instituição de ensino em três

câmpus.

Ensino básico

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 349 milhões do orçamento que seriam destinados na aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para a educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio e a educação de jovens e adultos). A área é tida como prioritária pelo próprio governo. Os dados foram obtidos pela ONG Contas Abertas, baseados nas informações do Sistema Integrado de administração financeira (Siafi).

O governo tem meta fiscal a cumprir de R\$ 139 bilhões negativos (deficit) fixada pelo Congresso. No fim de julho, o governo federal havia anunciado um contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão em vários ministérios (Cidadania, Economia, Meio Ambiente, entre outros) para tentar se adequar.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRJ recusa adesão ao programa Future-se, do MEC

Por meio de nota assinada pela Reitoria, instituição apontou série de fatores do projeto que comprometeriam a integridade administrativa, pedagógica, científica e patrimonial da universidade.

O Conselho Universitário (Consuni), órgão máximo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), rejeitou nesta quinta-feira (8), por meio de nota assinada pela Reitoria, o o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC).

No texto, a instituição rejeita a adesão ao programa e critica alguns de seus principais pontos.

O Consuni decidiu rejeitar, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado. A sessão, que deliberou sobre a possível adesão ao programa, durou mais de quatro horas, foi presidida pelo vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Rocha, já que a reitora, professora Denise Carvalho, ministrou aula-magna na Universidade Federal de Rondônia.

O Future-se é uma iniciativa proposta pelo MEC, com o objetivo de aumentar a autonomia administrativa das universidades federais. Como essas instituições sofrem com contingenciamentos e alegam que têm suas atividades prejudicadas com os bloqueios de orçamento, a solução apresentada pelo governo é firmar parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais.

Além disso, o Future-se também estimularia que as instituições captassem recursos próprios, que auxiliassem na sua manutenção. O MEC reforça que não se trata de privatizar o ensino público, e sim de criar uma nova forma de financiá-lo. A cobrança de mensalidades em cursos de graduação, mestrado e doutorado está descartada, segundo o governo.

Abaixo, trechos da nota emitida pela UFRJ:

"São excessivamente vagas as atribuições, competências e limites das Organizações Sociais neste programa. Não está explicitamente definida a possibilidade de essas entidades atuarem nas atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior

(Ifes). A flagrante ausência de clareza nesse aspecto depõe contra uma análise percuciente sobre as finalidades do Programa, que parece merecer reparo para um debate que leve à conclusão sobre sua eficiência, eficácia e efetividade no âmbito das Ifes".

"Outro aspecto que merece destaque é a previsão da criação de um comitê gestor cuja composição não está definida na proposta. No entanto, está descrito que ao comitê gestor competirá: I) Estabelecer as diretrizes das ações no âmbito do Programa; II) realizar avaliação anual de desempenho institucional, conforme disposto em regulamento, para análise do atingimento dos objetivos e metas pactuados no Plano de Ação; III) assessorar as Ifes e organizações sociais participantes na condução da política de governança e transparência; IV) garantir a estrita observância dos limites de gasto com pessoal; e V) assegurar a correta e regular destinação dos recursos do programa. A autonomia universitária poderá ser afetada pela presença deste comitê externo que parece substituir a função dos colegiados superiores das universidades".

"Pela sua configuração atual, o Future-se não se apresenta disposto a promover o fortalecimento da autonomia universitária. Contrário sensu, pode indicar retrocesso aos avanços do ordenamento jurídico pátrio garantidores das melhores perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural do país, que emergem das Ifes. Em outros termos, as disposições da proposta do Programa, nesse contexto original, tendem a romper o invólucro constitucional que protege a autonomia administrativa, didática e de gestão financeira das Ifes, que passaria a depender e ser gerida pela OS".

"O chamado Fundo do Conhecimento, proposto no programa, é também recheado de lacunas. Não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial, não se discutem o tempo de maturação de um fundo deste tipo e como as Ifes seriam financiadas durante esta transição, não há qualquer menção aos critérios de escolha do gestor do referido fundo e de como ele será remunerado, especialmente no período de lançamento e consolidação do fundo. Caso o fundo fracasse, o retorno do patrimônio é previsto ao MEC, sem esclarecer com ficam os aportes eventualmente feitos pelas Ifes".

Diálogo

A noite chega ao fim reforçando os pontos de recusa ao Future-se, mas abrindo possibilidade de diálogo com o MEC:

"Estamos abertos ao diálogo permanente para fortalecer o ensino público, gratuito e de qualidade, porém, concluímos que há riscos no Programa Future-se relacionados à possibilidade de mudança futura da personalidade jurídica das Ifes, que são atualmente autarquias federais com a prerrogativa do autogoverno, além dos riscos à nossa integridade administrativa, pedagógica, científica e patrimonial. É nosso entendimento que o debate contínuo com os poderes federativos é capaz de constituir uma proposta que atenda as necessidades e o desenvolvimento efetivo das Ifes. Mas os princípios que elencamos devem estar assegurados, o que não é o caso nos termos propostos no Future-se. Ao contrário, o programa aponta numa direção diversa que não aborda os problemas centrais do financiamento do ensino superior em um contexto de profundo desgaste para as Ifes submetidas à profunda instabilidade orçamentária".

O que são organizações sociais?

As organizações sociais são entidades privadas, sem fins lucrativos: são obrigadas a

investir na própria atividade todo o dinheiro excedente. Devem atuar em áreas relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Elas foram criadas na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, pela Lei das Organizações Sociais.

Podem ser parceiras de órgãos públicos, como de hospitais ou universidades. Até hoje, os convênios ocorreram principalmente no setor de saúde.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as organizações sociais poderiam, de fato, prestar serviços no poder público, dispensando licitações. Segundo os ministros, a condição é que o trabalho seja conduzido de forma objetiva e impessoal, seguindo os princípios constitucionais. Na ação, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) questionavam a validade dessas parcerias.

Quais organizações sociais poderiam participar?

As organizações sociais que poderão participar do Future-se, caso ele seja aprovado, precisam ser ligadas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou cultura. Em entrevista ao G1 em julho, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, secretário de Educação Superior do MEC, afirmou que, em um primeiro momento, apenas OS já qualificadas pelo governo federal poderiam participar.

topo 

G1 - TEMPO REAL

No aniversário de 50 anos, UFPel indica que pode ficar sem verba e fechar as portas em setembro

Dos R\$ 74 milhões previstos para 2019, apenas R\$ 38 milhões foram repassados até o momento. Universidade entrou com representação junto ao Ministério Público Federal em Pelotas.

Os 50 anos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) não terão comemoração nem motivo para tanto. A instituição aguarda repasses do Ministério da Educação (MEC) e diz que corre o risco de não concluir o segundo semestre de 2019, fechando as portas já em setembro.

A previsão era receber R\$ 74 milhões em 2019. Até agora, foram repassados R\$ 38 milhões, e há uma expectativa de que cheguem mais R\$ 14 milhões. Mesmo assim, a instituição não consegue pagar contas básicas, como água e luz.

"Era para estar em comemoração e, infelizmente, a universidade passa, talvez, pelo seu pior momento na história", afirma o reitor Pedro Hallal.

O problema pode atingir também os funcionários terceirizados. São cerca de 600 profissionais da vigilância, limpeza e portaria que podem ter o pagamento atrasado.

"A situação de falência que a universidade está entrando pode nos levar a tomar alguma medida extrema a qualquer momento, seja no fim de agosto, no começo ou no meio de setembro. O que é garantido, e a população tem o direito de saber, é que nós não temos dinheiro para pagar nenhuma conta a partir do começo de setembro. Isso se vierem os R\$ 14 milhões", completa Hallal.

O atraso nos repasses tem a ver com o plano de contingenciamento de despesas do governo federal. Por isso, a UFPel entrou com um pedido de representação junto ao Ministério Público Federal (MPF) em Pelotas.

O MPF confirma o recebimento da representação da reitoria da UFPel e instaurou, na quinta-feira (8), um procedimento investigatório para apurar a questão. A volta às aulas, prevista para a semana que vem, está confirmada.

A UFPel informou que o MEC, por meio de nota, disse que, em razão da situação fiscal do governo federal, o Poder Executivo vem, ano a ano, emitindo decretos impondo limites à execução orçamentária e financeira, bem como estabelecendo tetos para gastos em relação a determinadas despesas, por meio de portarias e outros atos normativos.

O MEC também informou à UFPel que as universidades possuem autonomia e que, dessa forma, o ministério não possui qualquer ingerência sobre os processos de pagamentos que estejam a cargo das unidades.

O ministério também se colocou à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais sobre liberação de limite orçamentário. E que pode ocorrer descontingenciamento, à medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação

A matéria foi atualizada com a seguinte informação: a reportagem tentou contato com Dias, mas não o localizou. Segue texto:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) terá novo presidente, o advogado Rodrigo Sergio Dias, que fez parte do governo Michel Temer. Ele passou a ser parte de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeita de superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2018. A mudança ocorre no momento em que o FNDE enfrenta crise administrativa, com déficit de funcionários e paralisação de processos.

O órgão, com orçamento de R\$ 58 bilhões, é um dos principais braços do Ministério da Educação. É responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). O fundo era presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

A troca ocorre em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso. Diferentemente de outros cargos-chave do MEC na gestão Bolsonaro, Dias tem ligação com políticos. É primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP). Procurados, MEC e FNDE não comentaram a apuração do TCU.

Análise

Dias assume o órgão em um momento em que um passivo de cerca de 20 mil processos relativos ao Fies estão paralisados por falta de funcionários na área jurídica para analisá-los. No início de junho, o MEC anulou um contrato de acordo de assistência técnica

com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) - após análise da força-tarefa chamada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que trabalhavam principalmente na área jurídica do FNDE, ou seja, em contato com ações judiciais relacionadas ao Fies.

Com a demissão, as ações do Fies estão paradas. A área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício em que alerta que o órgão tem priorizado casos de maior valor.

Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma "força-tarefa" em caráter excepcional. "Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo."

A reportagem tentou contato com Dias, mas não o localizou.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro

As universidades federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro. Algumas instituições alertam que, sem a liberação de mais dinheiro pelo MEC (Ministério da Educação), terão de suspender aulas ou atividades por não conseguir pagar, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza e energia.

O orçamento previsto inicialmente para o custeio das universidades este ano era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC divulgou que iria bloquear 30% em um grande contingenciamento definido pelo governo. Quando foi anunciada a restrição, o ministro Abraham Weintraub disse que a redução não afetaria as atividades, se os reitores fizessem economia e melhor gestão dos recursos.

Das 63 federais do país, 37 responderam ao jornal O Estado de S. Paulo que adotaram medidas para cortar gastos, com revisão de contratos e mudança em procedimentos internos, mas mesmo assim dizem que o valor que ainda têm para receber do MEC é insuficiente para todas as despesas.

Esta semana, o MEC liberou para as universidades 5% do orçamento previsto no início do ano. Com essa parcela, elas atingiram 58% de liberação do orçamento originalmente previsto. Como 30% do recurso estão bloqueados, elas ainda têm para receber este ano cerca de 12% do total original. Mas parte dessa verba de custeio não bloqueada (e ainda não liberada) está reservada para assistência estudantil - como bolsas, moradia, transporte.

Enquanto isso, algumas das principais instituições de ensino superior do país não sabem se conseguirão manter as aulas normalmente no próximo mês. A Federal do Rio (UFRJ) diz que, como a redução foi anunciada após o início do ano letivo, houve pouca margem de economia. A instituição está com contas atrasadas há dois meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido, o que permitiria às empresas encerrar serviços.

Entre as contas atrasadas, está o da empresa que faz vigilância, limpeza, transporte e

fornece alimentação. Segundo Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, alguns fornecedores queriam suspender serviços já este mês.

"Conseguimos convencê-los a ficar, mas sem que paguemos não há negociação possível. Se não pagamos, a empresa não tem dinheiro para pagar os salários de vigias. Como garanto funcionamento sem vigilância? Não posso ter aula à noite sem garantir segurança a alunos, professores, funcionários."

Dificuldade antiga

Pró-reitor da Federal do Pernambuco (UFPE), Thiago Neves explica que as universidades estão há três anos com o orçamento de custeio no mesmo patamar - sem correção de inflação. Por isso, diz, já enfrentavam dificuldade financeira. "Os contratos são reajustados todos os anos, mas nosso orçamento é o mesmo. Não há margem, nosso dinheiro era pouco para todos os nossos compromissos, e com o bloqueio de 30% a situação ficou insustentável", argumenta.

A UFPE, segundo Neves, não tem dinheiro suficiente para pagar a conta de luz. Esta semana, a reitoria suspendeu o uso de ar-condicionado em seus três câmpus, em Recife, Vitória e Caruaru. O equipamento só poderá ser ligado em laboratórios de pesquisa ou locais com equipamentos que demandam refrigeração. "Mesmo com economias desse nível, a conta não está fechando. Precisamos urgentemente discutir o desbloqueio."

A Federal da Bahia (UFBA) também disse que o desbloqueio é necessário para ter atividades normalmente no próximo mês. Afirmou já ter reduzido contratos de vigilância, limpeza, portaria, manutenção, suspendeu passagens aéreas e transporte terrestre e reduziu viagens para estudo de campo das graduações. A federal potiguar (UFRN) também informou que, se no próximo mês receber os mesmos 5% que vieram em agosto, não conseguirá pagar todos os contratos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Com déficit de funcionários, órgão diz não conseguir analisar ações do Fies

Um passivo de 20 mil processos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) está com análise atrasada por falta de funcionários na área jurídica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por responder às ações judiciais. O órgão, ligado ao Ministério da Educação (MEC), perdeu no início de julho cerca de 20 consultores que atuavam no setor.

O déficit de funcionários resultou de uma decisão do MEC no início de julho de anular um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que estava em vigor desde 2008 - a suspensão ocorreu após suspeita de irregularidades na contratação que teria sido identificada durante análise da força-tarefa apelidada de Lava Jato da Educação.

Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que atuavam em várias áreas, parte deles trabalhava justamente na área jurídica do FNDE. Entre as principais ações afetadas está a análise de ações do Fies, que em sua maioria são processos de alunos que não conseguiram o financiamento ou foram prejudicados por falha no sistema na hora de se inscrever.

No início de julho, a área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício alertando que a diminuição "substancial" do número de colaboradores inviabilizou a análise de todos os processos dentro do prazos judiciais. O documento diz que embora o setor esteja "se empenhando em atender tempestivamente todos os prazos, está priorizando as tarefas que possam gerar maior ônus ao FNDE".

Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma "força-tarefa" em caráter excepcional. "Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo", afirmou. Desde 2010, foram formalizados 2,65 milhões de contratos do Fies, segundo dados do FNDE, dos quais 82,3 mil foram contratados no ano passado.

Creches

O fim do convênio também paralisou a transferência de recursos do programa Proinfância para que os municípios construam e reformem creches. Com a redução de colaboradores, não há quem analise a documentação enviada pelas prefeituras para que o dinheiro possa ser liberado. O FNDE diz que "não houve prejuízo ao andamento das atividades" do programa. A gestão Jair Bolsonaro prevê construir cerca de 4 mil creches até 2022.

Questionado sobre a reposição do quadro de funcionários, o FNDE não respondeu se irá contratar novos funcionários e qual o prazo, apesar de afirmar ter recorrido a ações em "caráter excepcional" para manter suas atividades.

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP - COLUNAS

Chamadas Públicas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Governo do Amapá, através da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeap), lançarão duas chamadas públicas voltadas ao incentivo e à aquisição de equipamentos por programas de pós-graduação stricto sensu.

O evento será nesta quinta, 8 às 10h no auditório do Centro de Estudos e Pesquisas da Amazônia (Cepa), na Unifap, em Macapá. Serão

[topo](#)

ECOAMAZÔNIA - TEMPO REAL

Museu Goeldi inicia pós-graduação em questão chave: a diversidade sociocultural

Com aula inaugural do antropólogo Gersem Baniwa, nesta segunda-feira (12), o novo programa de pós-graduação do Museu Goeldi recebe a primeira turma de mestrado. O curso oferta uma ampla visão das ciências humanas ao agregar especialistas de quatro áreas de estudos, acervos importantes e as experiências museais da instituição.

Organismos nacionais e internacionais e cientistas convergem na defesa da complexidade de formas pelas quais se expressam as culturas de grupos, povos e sociedades humanas. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco (2005), ratificada pelo Estado brasileiro por meio do Decreto Legislativo 485/2006, é uma dessas vias de confluência. No marco do conceito de diversidade inclui-se ainda a riqueza dos modos de vida, de pensamento, de criação, produção, difusão dos processos culturais. É com esta perspectiva que o Professor Doutor Gersem José dos Santos Luciano ministra, na próxima segunda-feira (12), às 9h, a aula inaugural da primeira turma do curso de mestrado do Programa de Pós-

Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no Campus de Pesquisa da instituição, em Belém.

O pesquisador pertence à etnia Baniwa. Nascido na aldeia Yaquirana, no Alto Rio Negro (Amazonas), Gersem tem uma sólida trajetória no campo da política educacional, tanto no ambiente acadêmico – como professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – quanto na gestão pública – como secretário de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), entre os anos de 1997 e 1999. Ele também é integrante do Conselho Nacional de Educação em dois momentos distintos (2006 a 2008 e 2016 a 2020). O tema da aula é a “Interculturalidade amazônica nas trilhas da diversidade sociocultural” e Gersem abordará “diferentes aspectos e dimensões teóricas e práticas da diversidade sociocultural na Amazônia, a partir dos sujeitos e vozes específicos dos povos indígenas e comunidades tradicionais”. É um dos 13 autores que assinam artigos no e-book “Desafiando Leviatãs: experiências indígenas com o desenvolvimento, o reconhecimento e os Estados”, lançado pelo MPEG no último dia 3 de julho e acessível online gratuitamente. A publicação do lança um olhar sobre o protagonismo indígena e as relações interétnicas em cinco países do continente americano.

São Gabriel da Cachoeira é a cidade brasileira com maior número de indígenas entre seus habitantes. Na cidade amazonense, 29.017 são indígenas, o que corresponde a 76,6% dos habitantes de São Gabriel da Cachoeira, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010). Distribuídos nas cinco regiões geográficas do país, os indígenas somam uma população de 817.963 habitantes, pertencentes a 305 diferentes etnias. Deste universo, 315.180 moram nas zonas urbanas e 502.783, na zona rural. E no Ano Internacional das Línguas Indígenas, celebrado em 2019 pela Unesco, vale destacar que o Brasil é o berço de 274 línguas.

Populações – O Museu Goeldi é referência na construção de conhecimentos sobre os povos indígenas e em parceria com os povos indígenas, especialmente na Amazônia, onde se concentra a maior quantidade de etnias, que totalizam 37,4% do contingente populacional indígena do Brasil. Claudia López Garcés, antropóloga da instituição e coordenadora do curso, resalta como é forte a relação do MPEG com a história indígena, utilizando como exemplo o caso do povo Kayapó. “O vínculo do Museu Goeldi com os Mebêngôkre-Kayapó é centenário. Este povo têm uma memória e uma relação com o MPEG muito forte, tanto que nossa hipótese é de que o Museu já forma parte dos bens que eles vão transmitindo de geração em geração”.

O Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural possibilitará ainda expandir os estudos sobre a heterogeneidade de culturas e populações amazônicas, trazendo aportes de áreas como a Antropologia, a Arqueologia, a Linguística e as Ciências Biológicas, sob firme base de estudos museais.

O historiador Nelson Sanjad, vice-coordenador do curso, explica que o pioneirismo do Museu Goeldi possibilitou que se consolidassem estudos e a formação de acervos antropológicos (15 mil objetos oriundos de 119 povos indígenas) e arqueológicos (120 mil objetos e 2 milhões de fragmentos) que se tornaram referências, muitas vezes únicas, da diversidade cultural da Amazônia. Os acervos de Arqueologia e Etnologia possuem expressivo conjunto de peças tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Linguística é outra área fortemente entrelaçada às

Humanidades: seu acervo está disponível para consulta online e conta com mais de 20 mil itens referentes a 80 línguas indígenas da Amazônia.

Ineditismo – A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes) aprovou o curso do MPEG em dezembro de 2018 e destacou seu ineditismo. “A proposta do programa articula de forma coerente e inovadora disciplinas como Antropologia, Arqueologia, Linguística e Ciências Biológicas. Tem-se então um perfil de programa sticto sensu acadêmico antropologicamente informado, mas com viés sistemático, que contempla interfaces até o momento menos exploradas pelos cursos existentes”.

O programa acolhe um corpo docente de 20 pesquisadores e 14 alunos em três linhas de pesquisa: “Cultura e patrimônio”, “Povos indígenas e populações tradicionais” e “Sociologia, diversidade sociocultural e ocupação territorial”. Além das oito vagas preenchidas por meio da modalidade de ampla concorrência, outras duas foram ocupadas por candidatos inscritos na modalidade pretos e pardos e duas na modalidade comunidade tradicionais. Como política afirmativa, o programa ofereceu ainda a realização simultânea de provas em seis cidades, uma delas no estado do Amazonas. Mais informações podem ser acompanhadas no site do programa.

Serviço | Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS)

Palestrante: Prof. Dr. Gersem Baniwa (UFAM)

Tema: “Interculturalidade amazônica nas trilhas da diversidade sociocultural”

Data/Horas: 12 de agosto (segunda-feira), às 9h.

Local: Campus de Pesquisa do Museu Goeldi – Av. Perimetral, 1901. Terra Firme

FONTE: Agência Museu Goeldi – Notícias

[topo](#)

PORTAL STYLO - TEMPO REAL

UAB/IFTO lança editais para tutor presencial e professor formador

Foram divulgados dois editais para atuação na Universidade Aberta do Brasil, no âmbito do Instituto Federal do Tocantins ((UAB/IFTO), um para seleção de Tutor Presencial e outro para preenchimento de vagas remanescentes para Professor Formador.

As inscrições devem ser realizadas via Moodle, até o dia 18. Vale destacar que o candidato deve ter um e-mail válido e ativo.

Para se inscrever como tutor presencial, o candidato não deve estar em gozo de afastamento de qualquer natureza, nem possuir redução de carga horária para fins de capacitação e deve ser servidor público (federal, estadual ou municipal), confira todas as exigências no Edital.

Já como professor formador, é requisito básico ser servidor do IFTO e ter experiência

mínima de um ano no magistério do ensino superior ou estar vinculado a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado ou ter concluído curso de pós-graduação de mestrado ou doutorado (Portaria CAPES nº 183/2016), além de demais especificações contidas no Edital.

Para dúvidas ou informações, o candidato pode entrar em contato via e-mail:

uab@ifto.edu.br

topo ↕

CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

Embraer seleciona engenheiros recém-formados para especialização

Embraer seleciona 30 engenheiros recém-formados para atuar em São José dos Campos (SP)

O Programa de Especialização em Engenharia (PEE) da Embraer, realizado em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), está com inscrições abertas para engenheiros até 29 de setembro.

São 30 vagas para engenheiros recém-formados atuarem nas áreas de Engenharia de Desenvolvimento do Produto e Processos da companhia, em São José dos Campos (SP), além de se especializarem em fundamentos de aeronáutica e especialização e projeto do avião, com atividades e temas sobre Indústria 4.0, Ciência dos Dados e Prototipação de Projetos em Impressora 3D.

Os cursos e atividades serão iniciados em fevereiro de 2020, com duração de um ano e meio e dividido em quatro fases.

Toda a jornada é ministrada por profissionais da Embraer, professores do ITA e consultores, com direito a título de mestrado profissional em Engenharia Aeronáutica, reconhecido pela CAPES/MEC.

Crédito: Getty Images/iStockphoto A primeira edição de PEE foi em 2001 e, até hoje, o programa já formou 1,5 mil engenheiros em 25 turmas.

Para participar do processo seletivo, os candidatos precisam ter inglês avançado e graduação entre 2017 e julho de 2020 nas modalidades Aeronáutica ou Aeroespacial, Ambiental, Automobilística, Civil, Computação, Controle e Automação, Elétrica, Eletrônica, Energia, Física, Materiais, Mecânica, Mecatrônica, Naval, Produção, Química ou Sistemas.

Ao concluir a inscrição, os candidatos são submetidos a testes de inglês online, avaliações e entrevistas presenciais e dinâmicas em grupo, cuja última etapa se encerra em dezembro, mês em que também ocorre a convocação dos participantes selecionados.

Os engenheiros aprovados terão bolsa-auxílio (compatível com bolsas de mestrado do mercado), convênio médico e odontológico, seguro de vida, entre outros.

Para se inscrever, acesse o site <https://embraer.com/pee>. Os candidatos escolhidos pela Embraer receberão posteriormente o e-mail com as orientações de documentação que precisam ser entregues à companhia.

O programa

O PEE combina a carga de especialização técnica com o desenvolvimento de

conhecimento multidisciplinar. A visão sistêmica é estimulada no profissional com ações de aprimoramento das habilidades em comunicação, valorização do relacionamento interpessoal, da ética profissional e conhecimento da cultura, das pessoas e da estrutura da Embraer.

Os cursos são complementados com visitas técnicas às áreas da empresa, feiras de aviação, laboratórios, museus e participação em congressos e seminários.

O programa está estruturado em quatro fases distintas com duração de até seis meses cada: fundamentos de aeronáutica, especialização e projeto do avião, processos e serviços relacionados e desenvolvimento da tese de mestrado.

As aulas são ministradas de segunda a sexta, em período integral, por professores do ITA, especialistas da Embraer e consultores de diversos países. Para atividades de projeto em equipe, o PEE conta ainda com um seleto time de mentores – profissionais da Embraer tidos como referência técnica em suas áreas de atuação.

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

Capex PrInt UFMG abre quatro chamadas para mobilidade em 2020

Inscrições terminam em 13 de setembro; há oportunidades para pesquisadores com experiência no exterior, doutorandos e docentes

A Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG) acaba de lançar quatro chamadas internas do programa **Capex-PrInt UFMG**, com foco em mobilidades que serão realizadas de março a dezembro de 2020:

Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE): visa à concessão de bolsas de estágio em pesquisa de doutorado.

Professor Visitante Júnior/ Sênior no Exterior (PV no exterior): tem foco em docentes em efetivo exercício na UFMG, que recebem bolsas para a realização de estudos avançados após o doutorado.

Professor Visitante do Exterior (PVE): o objetivo é selecionar pesquisadores de renome internacional, atuantes e residentes no exterior, para proferir cursos, treinamentos, palestras ou seminários presenciais na UFMG.

Pós-doutorado com Experiência no Exterior (PDEE): pesquisadores doutores com experiência no exterior atuam nos programas de pós-graduação da UFMG, em todas as áreas do conhecimento.

O período de inscrição de propostas já está aberto e será encerrado no dia 13 de setembro. Os editais dos processos podem ser consultados no site do programa. O resultado final das seletivas será divulgado até 13 de dezembro.

Redes de pesquisas

O Programa **Capex-PrInt** visa selecionar projetos de internacionalização de universidades ou institutos de pesquisa que tenham ao menos quatro programas de pós-graduação recomendados pela **Capex** na avaliação trienal de 2013 e na quadrienal de 2017, entre os quais deve haver, ao menos, dois cursos de doutorado.

O objetivo do projeto é colaborar para a construção e consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições participantes e estimular a formação de redes de pesquisas que possam colaborar para o ganho de qualidade da produção acadêmica associada à pós-graduação.

Na UFMG, o programa se estrutura em quatro grandes eixos: Sustentabilidade, manejo de risco e governança, Novas tecnologias e fronteiras da ciência, Saúde e bem-estar e Direitos Humanos. Assim, na Universidade, as bolsas do **Capes-PrInt** são oferecidas a projetos que se enquadrem nesses temas, em proporções que são informadas nos respectivos editais.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Entidades entram na Justiça devido a cancelamento de vestibular para trans
Vestibular específico para o público trans foi cancelado em dia 16 de julho, um dia após a abertura das inscrições. O cancelamento foi anunciado pelo presidente Bolsonaro no Twitter**

Uma ação civil pública foi protocolada, nesta quinta-feira (8/8), motivada pelo cancelamento do primeiro vestibular específico para transgêneros e intersexuais promovido este ano pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), um dia após a abertura de inscrições. A ação foi proposta pelo advogado Paulo Iotti, um dos atuantes da ação que criminalizou a homofobia no Brasil, na 8ª Vara da Justiça Federal do Ceará. Ele representa o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS); a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; e a Articulação Nacional das Transgeneros (Antra).

A assessoria da Justiça Federal do Ceará acredita que ação deverá ser analisada e distribuída na semana que vem. A reportagem tentou contato com Iotti e a Antra, para ter acesso à petição inicial, e com o Ministério da Educação (MEC), para saber se foi notificado, mas ainda não obteve retorno até o fechamento do texto.

Recomendação

Além da ação, a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou à Unilab que promova medidas para “restabelecer o edital do vestibular, em sua forma específica, cancelado abruptamente, submetendo a avaliação quanto o cancelamento ou não do instrumento ou a edição de um novo edital específico aos órgãos efetivamente competentes para deliberar sobre políticas de acesso à instituição, [...], de modo que a decisão unilateral promovida pela reitoria quanto ao tema é medida tomada por autoridade incompetente, em exorbitância das atribuições elencadas para a função no estatuto da instituição”.

A DPU ainda solicita que a instituição se abstenha de promover “qualquer medida de caráter criminalizador, sancionatório, persecutório, discriminatório entre outros comportamentos que visem a punir direta ou indiretamente, de forma individualizada, quaisquer dos estudantes que exerceram o legítimo direito constitucional de manifestação e liberdade de pensamento, de opinião e reunião no espaço público da Universidade”.

Protesto

O campus Liberdade da Unilab vinha sendo ocupado por estudantes e pessoas contrárias ao cancelamento do vestibular desde 17 de julho. Mas, segundo nota da própria Unilab,

o campus, que teve suas atividades administrativas paralisadas devido ao movimento de ocupação, foi liberado nesta sexta-feira (9/8). “Informamos que nesta sexta-feira, 9 de agosto, os últimos ocupantes que ainda permaneciam nas dependências do Campus encerraram a ocupação. O Campus da Liberdade ficará totalmente fechado nesta sexta-feira para que seja feita uma avaliação da estrutura e do patrimônio institucional. Os setores lotados no Campus da Liberdade devem retomar suas atividades nesta segunda-feira, dia 12”.

Entenda o caso

O presidente Jair Bolsonaro anunciou em 16 de julho, por meio de sua conta no Twitter, que a Unilab suspenderia e cancelaria o vestibular específico para transgêneros e intersexuais. O processo seletivo havia sido anunciado uma semana antes, com a oferta de 120 vagas em cursos de graduação presencial nos campi do Ceará e da Bahia.

"A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAIS, TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIAS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori", tuitou o presidente, sem dar mais detalhes.

Dois dias após essa declaração, em cerimônia sobre os 200 dias de governo, Bolsonaro afirmou ainda: "Botamos um ponto final nessa questão, até porque o vestibular ia ser feito baseado em um decreto de 2012, o ministro, os senhores sabem quem era [em referência ao petista Fernando Haddad], naquela época. E esse trabalho que a gente faz buscando corrigir as coisas, dar um norte. Não posso ter um ministro falando favoravelmente ao desarmamento se a minha linha não é essa".

A seleção seria a primeira nessa modalidade em todo o país. Do total de vagas, 69 seriam para o Ceará nos seguintes cursos de graduação: administração pública (cinco), agronomia (duas), antropologia (10), ciências biológicas (duas), enfermagem (seis), história (10), humanidades (10) letras/língua inglesa (uma), letras/língua portuguesa (três), matemática (três), pedagogia (oito), química (quatro) e sociologia (cinco). Para a Bahia estavam reservadas 51 vagas nos cursos de ciências sociais (oito), história (oito), humanidades (oito), letras/língua portuguesa (nove), pedagogia (oito) e relações internacionais (10).

Segundo a Unilab, o ingresso desses novos estudantes estava previsto para o segundo semestre. O público-alvo eram candidatos transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais, que tivessem concluído o ensino médio. As categorias foram definidas segundo glossário da Organização das Nações Unidas (ONU). O processo seletivo incluiria uma “autodeclaração de identidade”, que seria confirmada por alguma instituição LGBT indicada pela universidade.

Continua depois da publicidade

Na época, o Ministério da Educação (MEC) confirmou ter questionado a legalidade do processo seletivo da Unilab via Procuradoria-Geral da República (PGR). O motivo seria o fato de a Lei de Cotas não prever vagas específicas para o público-alvo pretendido por esse vestibular. Além disso, segundo o MEC, faltou parecer, por parte da universidade, sustentando a legalidade da iniciativa. "A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas. Por esta razão, a Unilab solicitou o

cancelamento do certame."

Em nota, a presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Keila Simpson, criticou a suspensão do vestibular. Segundo ela, citando uma pesquisa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cerca de 82% da população trans no país sofrem com problemas de evasão escolar. "A população de travestis e transexuais é hoje um dos grupos que mais sofre discriminação na sociedade e vem sendo vulnerabilizada pela falta de políticas públicas que garantam acesso a direitos básicos. E a educação é um deles. Não há razão para o governo interferir em um processo deste porte tendo em vista que as instituições de ensino superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso", afirmou.

* Com informações da Agência Brasil

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL WEINTRAUB NÃO SE COMPROMETEU COM NOSSAS PAUTAS, DIZ PRESIDENTE DA UNE

Iago Montalvão se reuniu na última quarta-feira 6 com o ministro da Educação; segundo ele, o encontro foi "pouco proveitoso"

Iago Montalvão, 26, é novo presidente da União Nacional dos estudantes (UNE) desde julho. Ele se reuniu na última quarta-feira 6 com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Em entrevista à ÉPOCA, ele afirma que o convite para o encontro foi uma "conquista", mas que a reunião foi "muito pouco proveitosa".

Os estudantes foram ao MEC reivindicar o fim do contingenciamento de verbas para a área, que soma R\$ 6,1 bilhões e entregaram duas cartas ao ministro. Em uma delas, a entidade se manifesta contra o Future-se — projeto que busca reestruturar o financiamento às instituições de ensino superior públicas. "O ministro não se comprometeu sobre o desbloqueio das verbas, e não temos condições de contribuir com o Future-se porque a nossa discordância é de essência. Nós somos contra ele todo", diz o goiano filiado ao PCdoB.

Leia a entrevista na íntegra:

Qual foi a pauta e o saldo final da reunião ontem com o MEC?

Não havia uma pauta inicial apresentada pelo MEC para a reunião. Eles nos chamaram, nós atendemos o pedido e levamos as reivindicações dos estudantes, principalmente do que foi de resolução do nosso Congresso. mas também o que tem surgido nas passeatas e nos debates nas universidades em torno dos cortes na educação e da rejeição ao projeto Future-se. Levamos uma carta de reivindicações com centro nessas questões e na situação geral da educação pública.

A gente enxerga essa reunião como uma conquista porque é fruto de um reconhecimento da nossa luta, da pressão que os estudantes tem exercido. No entanto, a reunião foi muito pouco proveitosa. Embora tenha se aberto ali um canal de diálogo, nós não tivemos nenhum comprometimento com as nossas pautas. O ministro não se comprometeu sobre o desbloqueio das verbas, e sobre o Future-se a opinião deles é muito firme: eles se pautam muito nessa consulta pública que eles estão fazendo, mas

que nós não temos condições de contribuir porque a nossa discordância com o projeto é de essência, estrutural. Nós não temos como apresentar medidas, emendas ou modificações. Nós somos contra ele todo.

Quais os problemas que você enxerga na condução do Ministério da Educação?

O governo quer transformar a educação num instrumento ideológico, querem desmontar o financiamento público das universidades. Além da forma agressiva e desrespeitosa que eles falam sobre esse tema gerou um caldo de mobilização imenso, que nós precisamos aproveitar.

O liberalismo e o conservadorismo vêm ganhando espaço dentro da política estudantil das universidades brasileiras. A UNE está aberta para esses estudantes?

A entrada desses grupos nas universidades foi muito aquém do que eu mesmo imaginava. Eles não conseguiram se organizar para o Congresso da UNE, tem conseguido agregar muitos poucos estudantes e nas universidades públicas menos ainda. O universitário possui um pensamento crítico mais apurado que não se seduz com esse discurso raso. A direita que está na universidade não é desses grupos reacionários e ignorantes.

No passado a UNE já teve chapas e gestões de direita...

Eu acho que isso o risco é outro, o próprio MBL Estudantil quando é lançado diz que não tinha interesse em disputar a UNE, mas "acabar com a UNE". O que o governo percebe é que os estudantes vão incomodar muito. E esse governo, por ser autoritário, pode não aceitar que a UNE exista. Mas vamos com tranquilidade, mesmo na ditadura militar não conseguiram desfigurar a UNE, tentaram criar entidades paralelas e não conseguiram.

A UNE é contra a captação por fundos privados nas universidades?

A nossa avaliação é que a retirada (no programa do ministério da Educação Future-se) da cobrança de mensalidade já é um resultado da pressão social. E existem em tramitação projetos na Câmara dos Deputados que propõe a volta da cobrança.

Recentemente o ministro da Educação replicou vídeo com agressão a alunos. Qual a avaliação da UNE?

Demonstra que ele usa a mesma estratégia do Bolsonaro, que é de dialogar apenas com sua própria bolha. Apesar de um aparentemente republicanismo, na internet eles são muito agressivos, estimulando ódio da população, que é muito preocupante. E pior ainda é o ministro da Educação que não se solidariza com os estudantes. E esse tipo de comportamento faz com que ele se torne um alvo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) terá novo presidente, o advogado Rodrigo Sergio Dias, que fez parte do governo Michel Temer. Ele passou a ser parte de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeita de

superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2018. A mudança ocorre no momento em que o FNDE enfrenta crise administrativa, com déficit de funcionários e paralisação de processos.

O órgão, com orçamento de R\$ 58 bilhões, é um dos principais braços do Ministério da Educação. É responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). O fundo era presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

A troca ocorre em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Diferentemente de outros cargos-chave do MEC na gestão Bolsonaro, Dias tem ligação com políticos. É primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP). Procurados, MEC e FNDE não comentaram a apuração do TCU.

Análise

Dias assume o órgão em um momento em que um passivo de cerca de 20 mil processos relativos ao Fies estão paralisados por falta de funcionários na área jurídica para analisá-los. No início de junho, o MEC anulou um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) – após análise da força-tarefa chamada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que trabalhavam principalmente na área jurídica do FNDE, ou seja, em contato com ações judiciais relacionadas ao Fies.

Com a demissão, as ações do Fies estão paradas. A área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício em que alerta que o órgão tem priorizado casos de maior valor.

Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma “força-tarefa” em caráter excepcional. “Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo.”

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro

As universidades federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro. Algumas instituições alertam que, sem a liberação de mais dinheiro pelo Ministério da Educação (MEC), terão de suspender aulas ou atividades por não conseguirem pagar, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza e energia.

O orçamento previsto inicialmente para o custeio das universidades este ano era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC divulgou que iria bloquear 30% em um grande contingenciamento definido pelo governo. Quando foi anunciada a restrição, o ministro Abraham Weintraub disse que a redução não afetaria as atividades, se os reitores fizessem economia e melhor gestão dos recursos.

Das 63 federais do País, 37 responderam ao jornal O Estado de S. Paulo que adotaram medidas para cortar gastos, com revisão de contratos e mudança em procedimentos

internos, mas mesmo assim dizem que o valor que ainda têm para receber do MEC é insuficiente para todas as despesas.

Esta semana, o MEC liberou para as universidades 5% do orçamento previsto no início do ano. Com essa parcela, elas atingiram 58% de liberação do orçamento originalmente previsto. Como 30% do recurso está bloqueado, elas ainda têm para receber este ano cerca de 12% do total original. Mas parte dessa verba de custeio não bloqueada (e ainda não liberada) está reservada para assistência estudantil – como bolsas, moradia, transporte. Enquanto isso, algumas das principais instituições de ensino superior do País não sabem se conseguirão manter as aulas normalmente no próximo mês. A Federal do Rio (UFRJ) diz que, como a redução foi anunciada após o início do ano letivo, houve pouca margem de economia. A instituição está com contas atrasadas há dois meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido, o que permitiria às empresas encerrar serviços.

Entre as contas atrasadas, está a da empresa que faz vigilância, limpeza, transporte e fornece alimentação. Segundo Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, alguns fornecedores queriam suspender serviços já este mês. “Conseguimos convencê-los a ficar, mas sem que paguemos não há negociação possível. Se não pagamos, a empresa não tem dinheiro para pagar os salários de vigias. Como garanto funcionamento sem vigilância? Não posso ter aula à noite sem garantir segurança a alunos, professores, funcionários.”

Dificuldade antiga

Pró-reitor da Federal do Pernambuco (UFPE), Thiago Neves explica que as universidades estão há três anos com o orçamento de custeio no mesmo patamar – sem correção de inflação. Por isso, diz, já enfrentavam dificuldade financeira. “Os contratos são reajustados todos os anos, mas nosso orçamento é o mesmo. Não há margem, nosso dinheiro era pouco para todos os nossos compromissos, e com o bloqueio de 30% a situação ficou insustentável”, argumenta.

A UFPE, segundo Neves, não tem dinheiro suficiente para pagar a conta de luz. Esta semana, a reitoria suspendeu o uso de ar-condicionado em seus três câmpus, em Recife, Vitória e Caruaru. O equipamento só poderá ser ligado em laboratórios de pesquisa ou locais com equipamentos que demandam refrigeração. “Mesmo com economias desse nível, a conta não está fechando. Precisamos urgentemente discutir o desbloqueio.”

A Federal da Bahia (UFBA) também disse que o desbloqueio é necessário para ter atividades normalmente no próximo mês. Afirmou já ter reduzido contratos de vigilância, limpeza, portaria, manutenção, suspendeu passagens aéreas e transporte terrestre e reduziu viagens para estudo de campo das graduações. A federal potiguar (UFRN) também informou que, se no próximo mês receber os mesmos 5% que vieram em agosto, não conseguirá pagar todos os contratos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Editoras Ática e Scipione apresentam os livros aprovados no PNLD 2020

As escolas públicas já podem conferir as propostas pedagógicas e as obras aprovadas para o PNLD 2020.

CLIPPING



Em julho de 2019, as editoras Ática e Scipione disponibilizaram, em formato digital, os seus 20 livros didáticos aprovados para a seleção do PNLD 2020. Essa ação, prevista pelo edital do programa, é favorável para que os educadores realizem pesquisas e conheçam os materiais de cada coleção.

Os profissionais das escolas públicas podem acessar o site das editoras e conferir tudo sobre as obras didáticas, desde os assuntos abordados nos capítulos, até detalhes do material complementar para professores.

Um ponto de atenção diz respeito ao código de cada livro didático. O conjunto de caracteres representa a forma na qual a obra é reconhecida pelo sistema do PNLD. Isso significa que o código é utilizado no momento em que a escola registra no sistema quais livros acham pertinentes para uso nos próximos quatro anos letivos.

Porém, antes de se preocupar em salvar os códigos, os educadores precisam ser bastante criteriosos na escolha dos livros didáticos e literários do PNLD 2020.

O guia digital do PNLD, a ser divulgado no site do FNDE, possui uma análise aprofundada das informações pertinentes para a seleção dos livros didáticos. Nesse guia, os educadores terão acesso ao:

- Hiperlink de acesso aos livros didáticos na íntegra, para garantir que os professores vejam o livro por completo antes de optar por selecioná-lo ou não;
- Crítérios que direcionaram a avaliação, para garantir a transparência da etapa de avaliação pedagógica que as obras passaram;
- Modelos das fichas de análise, para auxiliar os profissionais de educação no modo de realizar o estudo das obras;
- Resenha das obras aprovadas, para apresentar o livro e seus diferenciais para os docentes;

Vale ressaltar que cada aluno do ensino fundamental, matriculado em instituição pública possui o direito de receber um exemplar do livro didático das disciplinas:

- Língua Portuguesa,
- Arte,
- Matemática,
- Ciências,
- História,
- Geografia,
- Língua Inglesa.

Apenas o material didático do componente curricular Educação Física não será distribuído aos estudantes. O educador da disciplina recebe o Manual do Professor.

PNLD - O que é Programa Nacional do Livro Didático

O PNLD é um programa criado em 1985 pelo governo federal brasileiro para atender as escolas públicas de educação básica. A intenção principal deste programa é a disponibilização dos livros e materiais didáticos para as turmas de Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino

Médio.

Os responsáveis por esse programa é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação (MEC). Cabem a eles avaliar, comprar e distribuir as obras didáticas para todas as escolas públicas.

Em 2019, o programa beneficiou 147.857 escolas e aproximadamente 35.177.899 alunos. Neste período a Editora Ática distribuiu 28.129.696 livros, com um preço médio por exemplar de R\$7,42. Enquanto a Editora Scipione conquistou 5.413.885 livros, com um valor médio por exemplar de R\$10,84.

Existe uma grande expectativa sobre todo o processo do PNLD 2020. Enquanto isso, os educadores podem conferir os exemplares das obras, em formato digital, que as editoras disponibilizaram em suas páginas principais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) terá novo presidente, o advogado Rodrigo Sergio Dias, que fez parte do governo Michel Temer. Ele passou a ser parte de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeita de superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2018. A mudança ocorre no momento em que o FNDE enfrenta crise administrativa, com déficit de funcionários e paralisação de processos.

O órgão, com orçamento de R\$ 58 bilhões, é um dos principais braços do Ministério da Educação. É responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). O fundo era presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

A troca ocorre em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Diferentemente de outros cargos-chave do MEC na gestão Bolsonaro, Dias tem ligação com políticos. É primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP). Procurados, MEC e FNDE não comentaram a apuração do TCU.

Análise

Dias assume o órgão em um momento em que um passivo de cerca de 20 mil processos relativos ao Fies estão paralisados por falta de funcionários na área jurídica para analisá-los. No início de junho, o MEC anulou um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) - após análise da força-tarefa chamada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que trabalhavam principalmente na área jurídica do FNDE, ou seja, em contato com ações judiciais relacionadas ao Fies.

Com a demissão, as ações do Fies estão paradas. A área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício em que alerta que o órgão tem priorizado casos de maior valor.

Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma "força-tarefa" em caráter excepcional. "Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro UFRJ diz que está com contas atrasadas há dois meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido

As universidades federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro. Algumas instituições alertam que, sem a liberação de mais dinheiro pelo MEC (Ministério da Educação), terão de suspender aulas ou atividades por não conseguirem pagar, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza e energia.

O orçamento previsto inicialmente para o custeio das universidades este ano era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC divulgou que iria bloquear 30% em um grande contingenciamento definido pelo governo. Quando foi anunciada a restrição, o ministro Abraham Weintraub disse que a redução não afetaria as atividades, se os reitores fizessem economia e melhor gestão dos recursos.

Das 63 federais do país, 37 responderam ao jornal O Estado de S. Paulo que adotaram medidas para cortar gastos, com revisão de contratos e mudança em procedimentos internos, mas mesmo assim dizem que o valor que ainda têm para receber do MEC é insuficiente para todas as despesas.

Esta semana, o MEC liberou para as universidades 5% do orçamento previsto no início do ano. Com essa parcela, elas atingiram 58% de liberação do orçamento originalmente previsto. Como 30% do recurso estão bloqueados, elas ainda têm para receber este ano cerca de 12% do total original. Mas parte dessa verba de custeio não bloqueada (e ainda não liberada) está reservada para assistência estudantil - como bolsas, moradia, transporte.

Enquanto isso, algumas das principais instituições de ensino superior do país não sabem se conseguirão manter as aulas normalmente no próximo mês. A Federal do Rio (UFRJ) diz que, como a redução foi anunciada após o início do ano letivo, houve pouca margem de economia. A instituição está com contas atrasadas há dois meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido, o que permitiria às empresas encerrar serviços.

Entre as contas atrasadas, está a da empresa que faz vigilância, limpeza, transporte e fornece alimentação. Segundo Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, alguns fornecedores queriam suspender serviços já este mês.

"Conseguimos convencê-los a ficar, mas sem que paguemos não há negociação possível. Se não pagamos, a empresa não tem dinheiro para pagar os salários de vigias. Como garanto funcionamento sem vigilância? Não posso ter aula à noite sem garantir segurança a alunos, professores, funcionários."

Dificuldade antiga

Pró-reitor da Federal do Pernambuco (UFPE), Thiago Neves explica que as

CLIPPING



universidades estão há três anos com o orçamento de custeio no mesmo patamar - sem correção de inflação. Por isso, diz, já enfrentavam dificuldade financeira. "Os contratos são reajustados todos os anos, mas nosso orçamento é o mesmo. Não há margem, nosso dinheiro era pouco para todos os nossos compromissos, e com o bloqueio de 30% a situação ficou insustentável", argumenta.

A UFPE, segundo Neves, não tem dinheiro suficiente para pagar a conta de luz. Esta semana, a reitoria suspendeu o uso de ar-condicionado em seus três câmpus, em Recife, Vitória e Caruaru. O equipamento só poderá ser ligado em laboratórios de pesquisa ou locais com equipamentos que demandam refrigeração. "Mesmo com economias desse nível, a conta não está fechando. Precisamos urgentemente discutir o desbloqueio."

A Federal da Bahia (UFBA) também disse que o desbloqueio é necessário para ter atividades normalmente no próximo mês. Afirmou já ter reduzido contratos de vigilância, limpeza, portaria, manutenção, suspendeu passagens aéreas e transporte terrestre e reduziu viagens para estudo de campo das graduações. A federal potiguar (UFRN) também informou que, se no próximo mês receber os mesmos 5% que vieram em agosto, não conseguirá pagar todos os contratos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

